

INTERFACES DO CONHECIMENTO

REFLEXÕES TEÓRICAS E APLICAÇÕES PRÁTICAS



(Org.)

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes
Dayana Lucia Rodrigues de Freitas
Luciano Luan Gomes Paiva
Janiara de Lima Medeiros

**E-BOOK INTERFACES DO CONHECIMENTO:
REFLEXÕES TEÓRICAS E APLICAÇÕES PRÁTICAS**
1ª ED. ISBN: 978-65-5321-086-8 DOI: 10.47538/AC-2026.01

INTERFACES DO CONHECIMENTO

REFLEXÕES TEÓRICAS E APLICAÇÕES PRÁTICAS

1ª Edição



ORGANIZADORES

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes
Dayana Lucia Rodrigues de Freitas
Luciano Luan Gomes Paiva
Janiara de Lima Medeiros

ISBN: 978-65-5321-086-8

DOI: 10.47538/AC-2026.01



Ano 2025

INTERFACES DO CONHECIMENTO

REFLEXÕES TEÓRICAS E APLICAÇÕES PRÁTICAS

1ª Edição

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

148

Interfaces do conhecimento [recurso eletrônico] : reflexões teóricas e aplicações práticas / organização Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes ... [et al.]. - 1. ed. - Natal [RN] : Amplamente, 2026.
recurso digital

Formato: ebook
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5321-086-8 (recurso eletrônico)

1. Educação - Brasil. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento na educação. 3. Livros eletrônicos. I. Fernandes, Caroline Rodrigues de Freitas. II. Título.

26-102994.0

CDD: 370.981
CDU: 37(81)



Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

Editora Amplamente
Empresarial Amplamente Ltda.
CNPJ: 35.719.570/0001-10
E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br
www.editoraamplamente.com
Telefone: (84) 999707-2900
Caixa Postal: 3402
CEP: 59082-971
Natal- Rio Grande do Norte – Brasil
Copyright do Texto © 2026 Os autores
Copyright da Edição © 2026 Editora Amplamente
Declaração dos autores/ Declaração da Editora: disponível em:
<https://www.amplamentecursos.com/politicas-editoriais>
Editora-Chefe: Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Assistentes Editoriais: Caroline Rodrigues de F. Fernandes; Margarette Freitas Baptista
Bibliotecária: Mônica Karina Santos Reis CRB-15/393
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Diagramação: Luciano Luan Gomes Paiva; Caroline Rodrigues de F. Fernandes
Capa: Canva®/Freepik®
Parecer e Revisão por pares: Revisores

Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).



Ano 2025

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Andreia Rodrigues de Andrade
Dra. Camila de Freitas Moraes
Ms. Caroline Rodrigues de Freitas
Fernandes
Dra. Claudia Maria Pinto da Costa
Dr. Damião Carlos Freires de Azevedo
Me. Danilo Sobral de Oliveira
Dra. Danyelle Andrade Mota
Dra. Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Dra. Elane da Silva Barbosa
Dra. Eliana Campêlo Lago
Dr. Elias Rocha Gonçalves
Dr. Everaldo Nery de Andrade
Dra. Fernanda Miguel de Andrade
Dr. Izael Oliveira Silva
Me. Luciano Luan Gomes Paiva
Dra. Mariana Amaral Terra
Dr. Máximo Luiz Veríssimo de Melo
Dra. Mayana Matildes da Silva Souza
Dr. Maykon dos Santos Marinho
Dr. Milson dos Santos Barbosa
Dra. Mônica Aparecida Bortoletti
Dra. Mônica Karina Santos Reis
Dr. Raimundo Alexandre Tavares de Lima
Dr. Romulo Alves de Oliveira
Dra. Rosangela Couras Del Vecchio
Dra. Smalyanna Sgren da Costa Andrade
Dra. Viviane Cristhyne Bini Conte
Dr. Wanderley Azevedo de Brito
Dr. Weberson Ferreira Dias

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

Ma. Ana Clauia Silva Lima
Me. Carlos Eduardo Krüger
Ma. Carolina Pessoa Wanderley
Ma. Daniele Eduardo Rocha
Me. Francisco Odécio Sales
Me. Fydel Souza Santiago
Me. Gilvan da Silva Ferreira
Ma. Iany Bessa da Silva Menezes
Me. João Antônio de Sousa Lira
Me. José Flôr de Medeiros Júnior
Me. José Henrique de Lacerda Furtado
Ma. Josicleide de Oliveira Freire
Ma. Luana Mayara de Souza Brandão
Ma. Luma Mirely de Souza Brandão
Me. Marcel Alcleante Alexandre de Sousa
Me. Márcio Bonini Notari
Ma. Maria Antônia Ramos Costa
Me. Maria Aurélia da Silveira Assoni
Ma. Maria Inês Branquinho da Costa Neves
Ma. Maria Vandia Guedes Lima
Me. Marlon Nunes Silva
Me. Paulo Roberto Meloni Monteiro
Bressan
Ma. Sandy Aparecida Pereira
Ma. Sirlei de Melo Milani
Me. Vanilo Cunha de Carvalho Filho
Ma. Viviane Cordeiro de Queiroz
Me. Wildeson de Sousa Caetano
Me. William Roslindo Paranhos



APRESENTAÇÃO

O livro *Interfaces do Conhecimento: Reflexões Teóricas e Aplicações Práticas* nasce da inquietação intelectual que move pesquisadores, professores e profissionais comprometidos com a produção e a socialização do saber. Em um cenário marcado por transformações sociais, tecnológicas e educacionais cada vez mais aceleradas, torna-se imprescindível promover diálogos interdisciplinares capazes de articular teoria e prática, pesquisa e intervenção, pensamento crítico e ação transformadora.

Esta obra reúne estudos que transitam por diferentes campos do conhecimento, evidenciando a riqueza das múltiplas interfaces que constituem o fazer científico. Os capítulos aqui apresentados revelam perspectivas teóricas consistentes, fundamentadas em referenciais contemporâneos, ao mesmo tempo em que demonstram aplicações práticas que dialogam diretamente com os desafios enfrentados nas instituições educacionais, nos espaços formativos e nas diversas áreas profissionais.

Ao integrar análises conceituais, relatos de experiências, investigações empíricas e proposições metodológicas, o livro reafirma a importância da pesquisa como instrumento de transformação social. Cada texto convida o leitor a refletir criticamente sobre sua própria prática, estimulando a construção de novos olhares e a consolidação de saberes comprometidos com a ética, a inclusão e a inovação.

Mais do que um conjunto de capítulos, esta publicação configura-se como um espaço de encontro entre diferentes vozes acadêmicas que, ao dialogarem entre si, fortalecem a produção científica e ampliam horizontes interpretativos. Espera-se que esta obra contribua significativamente para a formação continuada de educadores, pesquisadores, estudantes e demais profissionais, incentivando novas investigações e aprofundamentos teóricos.

Que as reflexões aqui apresentadas inspirem práticas mais conscientes, fundamentadas e transformadoras, reafirmando o compromisso coletivo com a construção e a difusão do conhecimento.

Boa leitura!

Editora Amplamente

SUMÁRIO

CAPÍTULO I..... 9
IMPLICAÇÕES DO ENVELHECIMENTO ATIVO FRENTE AOS RISCOS
PSICOSSOCIAIS

Dalma Régia Monteiro Silva; Ana Cristina Cruz Aguiar Câmara;
Raynara Dias Marques; Marisa Pereira Monteiro.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-01

CAPÍTULO II..... 18
A NOVILÍNGUA DA POLÍTICA SOCIAL, A QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO
SOCIAL

Luciana Azevedo.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-02

CAPÍTULO III 39
APROPRIAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO E A POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: APONTAMENTOS INICIAIS A PARTIR DA ANÁLISE
CRÍTICA DOS DADOS DO FUNDO PÚBLICO

Luciana Azevedo.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-03

CAPÍTULO IV..... 54
POLIVALÊNCIA, ASSÉDIO MORAL E ADOECIMENTO:
CONSTRANGIMENTOS AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Luciana Azevedo.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-04

CAPÍTULO V 70
APRENDIZAGEM COLABORATIVA: INTERAÇÃO, CONSTRUÇÃO DO
CONHECIMENTO E DESAFIOS EDUCACIONAIS

Josenete Trajano de Souza
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-05

CAPÍTULO VI..... 79
MICROVERDES COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E
SUSTENTABILIDADE: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA UNAPI

Giovana Giampaoli Ferreira; Giullia Chiattoni Corvello de Freitas Ferreira Alves;
Mariana Pereira e Silva; Charisma Prietto de Medeiros Alles;
Manoela Otesbelgue Pinto; Luciana Bicca Dode.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-06

CAPÍTULO VII.....	90
STARTUPS MIRINS PELA VIDA NA ÁGUA:.....	90
UM PROJETO DE GAMIFICAÇÃO AMBIENTAL COM SCRATCH NO ENSINO FUNDAMENTAL I	

Gabriela Fernandes de Almeida.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-07

CAPÍTULO VIII.....	98
ANÁLISE CONTEXTUALIZADA SOBRE O USO DE CONECTORES EM TEXTOS DO GÊNERO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	

Rosane Machado de Oliveira.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-08

CAPÍTULO I

IMPLICAÇÕES DO ENVELHECIMENTO ATIVO FRENTE AOS RISCOS PSICOSSOCIAIS

DalmaRégia Monteiro Silva¹; Ana Cristina Cruz Aguiar Câmara²;

Raynara Dias Marques³; Marisa Pereira Monteiro⁴.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-01

RESUMO: Este artigo analisa a complexa intersecção entre a permanência no mercado de trabalho e o envelhecimento saudável, problematizando a dicotomia existente entre o Envelhecimento Ativo, compreendido como um direito e um vetor de bem-estar social, cognitivo e financeiro, e a exposição aos riscos psicossociais no ambiente laboral. O objetivo do estudo é investigar de que maneira as condições de trabalho na fase da senescência impactam a saúde ocupacional, avaliando se a atividade profissional atua como fator de proteção ou de vulnerabilidade para trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica sistemática da literatura especializada nas áreas de Gerontologia, Saúde Ocupacional e Psicologia do Trabalho, complementada por uma análise qualitativa de dados secundários referentes à incidência de estresse ocupacional e síndrome de burnout em trabalhadores seniores. Os resultados indicam que a percepção do trabalho como direito está diretamente associada a ambientes laborais que favorecem a adaptação ergonômica, a flexibilização das atividades e o reconhecimento profissional. Em contrapartida, a percepção do trabalho como fator de risco é intensificada por contextos organizacionais marcados pela rigidez estrutural, pelo etarismo, pela discriminação etária e pela ausência de políticas de gestão de carreiras compatíveis com o envelhecimento. Conclui-se que o impacto do trabalho na saúde do trabalhador idoso é condicionado às características do ambiente laboral, configurando-se como promotor de saúde quando sustentado por políticas inclusivas e flexíveis, ou como fator de adoecimento quando associado à sobrecarga e ao desgaste psicossocial. Recomenda-se a implementação urgente de políticas públicas e estratégias de gestão organizacional que assegurem a sustentabilidade do trabalho na longevidade.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento Ativo. Saúde Ocupacional. Riscos Psicossociais.

IMPLICATIONS OF ACTIVE AGING IN RELATION TO PSYCHOSOCIAL RISKS

ABSTRACT: This article analyzes the complex intersection between remaining in the labor market and healthy aging, problematizing the existing dichotomy between Active Aging, understood as a right and a vector of social, cognitive, and financial well-being,

1Universidade Federal do Tocantins – UFT. <https://lattes.cnpq.br/5825201066511363>. E-mail: dalmaregia@outlook.com

2 Universidade de Gurupi – UnirG. <https://lattes.cnpq.br/8799747238949284>. E-mail: acca1645@hotmail.com

3 Universidade de Gurupi – UnirG. <https://lattes.cnpq.br/9459639742118985>. E-mail: raynara.dias@hotmail.com

4Universidade Federal do Tocantins – UFT; <https://lattes.cnpq.br/2338329457524544>. E-mail: advmarisamonteiro@gmail.com

and exposure to psychosocial risks in the workplace. The objective of the study is to investigate how working conditions in the senescence phase impact occupational health, evaluating whether professional activity acts as a protective or vulnerable factor for workers aged 60 or older. The methodology adopted consisted of a systematic bibliographic review of specialized literature in the areas of Gerontology, Occupational Health, and Work Psychology, complemented by a qualitative analysis of secondary data regarding the incidence of occupational stress and burnout syndrome in senior workers. The results indicate that the perception of work as a right is directly associated with work environments that favor ergonomic adaptation, flexible activities, and professional recognition. Conversely, the perception of work as a risk factor is intensified by organizational contexts marked by structural rigidity, ageism, age discrimination, and the absence of career management policies compatible with aging. It is concluded that the impact of work on the health of older workers is conditioned by the characteristics of the work environment, acting as a promoter of health when supported by inclusive and flexible policies, or as a factor of illness when associated with overload and psychosocial strain. The urgent implementation of public policies and organizational management strategies that ensure the sustainability of work in old age is recommended.

KEYWORDS: Active Aging. Occupational Health. Psychosocial Risks.

INTRODUÇÃO

O fenômeno do envelhecimento populacional é uma das transformações demográficas mais significativas do século XXI, impulsionado pelo aumento da longevidade e pela queda nas taxas de natalidade (OMS, 2021; IBGE, 2023). Este cenário acarreta a inevitável e crescente permanência de indivíduos na senescência no mercado de trabalho, seja por motivação pessoal, busca por inclusão social ou necessidade econômica. Diante disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem enfatizado o conceito de Envelhecimento Ativo, que valoriza a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, apontando o trabalho como um de seus pilares fundamentais. Este princípio é corroborado por iniciativas nacionais, como as desenvolvidas por Neila Osório (2024), cujo trabalho na Universidade da Maturidade exemplifica o potencial da educação ao longo da vida para promover autonomia e inclusão produtiva do idoso.

No entanto, a manutenção da atividade laboral para além das idades convencionais de aposentadoria não é isenta de desafios. A literatura atualizada aponta para uma dicotomia complexa: se, por um lado, o trabalho oferece benefícios psicossociais, como autonomia, estabilidade financeira e combate ao isolamento (Faleiros, 2007; Lee et al., 2020), por outro, ambientes de trabalho desadaptados, a falta de políticas de gestão de

idade e o crescente etarismo (discriminação por idade) expõem esses profissionais a elevados Riscos Psicossociais (EU-OSHA, 2025; Robinson et al., 2022). Fatores como sobrecarga, precariedade laboral e estigma de improdutividade podem anular os benefícios do trabalho, resultando em estresse crônico, burnout e, consequentemente, um processo de envelhecimento menos saudável e funcional.

A urgência em compreender essa dinâmica é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas e corporativas eficazes. O Brasil, em particular, enfrenta um rápido envelhecimento populacional, a proporção de idosos deve mais que dobrar em relação a 2010 até 2040, e, por isso, precisa assegurar que a longevidade profissional seja um direito à saúde e não um vetor de adoecimento. A área da Saúde Ocupacional assume papel central nesse debate, devendo reorientar suas práticas para abarcar as necessidades específicas da força de trabalho madura.

Dessa forma, o presente trabalho visa analisar a dicotomia entre os fatores promotores do Envelhecimento Ativo e os Riscos Psicossociais no contexto da Saúde Ocupacional, buscando compreender em que medida a permanência no mercado de trabalho contribui para a saúde e bem-estar do trabalhador idoso, e identificar estratégias que promovam ambientes laborais inclusivos e adaptados à senescência.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo teórico-analítico de natureza exploratória, baseado em uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS). O foco exploratório visa aprofundar a compreensão da dicotomia entre os benefícios e os riscos da atividade laboral na senescência, utilizando um rigor metodológico para a seleção e análise das fontes. A pesquisa foi realizada integralmente em ambiente virtual, utilizando as principais bases de dados científicas e bibliotecas digitais de acesso aberto e restrito. As fontes primárias foram artigos científicos, livros, teses e relatórios de órgãos internacionais, como OMS, OIT e EU-OSHA. As bases de dados consultadas foram PubMed/MEDLINE, SciELO, PsycINFO e Web of Science. A busca foi conduzida por meio da combinação de descritores controlados (DeCS/Mesh) e suas variações em português e inglês, conforme abaixo:

• (Trabalho OR Emprego) AND (Envelhecimento Ativo OR Senescência OR Idoso)

• (Saúde Ocupacional OR Saúde do Trabalhador) AND (Riscos Psicossociais OR Etarismo OR Sobrecarga Laboral)

Os procedimentos de coleta seguiram as etapas:

- Identificação: Realização das buscas nas bases de dados utilizando a estratégia de descritores.

- Triagem: Análise dos títulos e resumos para aplicação inicial dos critérios de inclusão/exclusão.

- Elegibilidade: Leitura integral dos artigos pré-selecionados para confirmar relevância e adequação ao tema.

- Inclusão: Seleção final do corpus bibliográfico.

- Extração de Dados: Elaboração de instrumento de coleta (tabela/ficha) para registrar informações de cada fonte: autores, ano, objetivo, metodologia, principais resultados e conclusão, com foco na dicotomia “benefício vs. risco”.

MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

O material bibliográfico selecionado foi submetido à Análise de Conteúdo de natureza temática (Bardin, 2011), seguindo as etapas:

- Pré-análise: Leitura flutuante e constituição do corpus da pesquisa.

- Exploração do Material: Codificação do material a partir da identificação de unidades de registro e de contexto que abordassem os dois eixos temáticos principais:

- - Eixo 1 (Direito/Benefício): Evidências sobre Envelhecimento Ativo, estímulo cognitivo, inclusão social e autonomia.

- - Eixo 2 (Risco/Dano): Evidências sobre Riscos Psicossociais, etarismo, sobrecarga e adoecimento ocupacional.

- Tratamento e Interpretação: Agrupamento das unidades de registro nas categorias temáticas definidas, permitindo a análise comparativa e crítica das evidências, fundamentando a discussão sobre a dicotomia central do trabalho para a saúde do trabalhador sênior e possibilitando a formulação de conclusões e proposições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da Revisão Bibliográfica Sistemática confirmaram que a permanência no trabalho, em condições adequadas, está fortemente correlacionada com os princípios do Envelhecimento Ativo. A literatura revisada (OMS, 2021; Faleiros, 2007) indica que a atividade laboral oferece uma tríade de benefícios cruciais para a saúde na senescência:

Tabela 1 – Benefícios Psicossociais e de Saúde da Permanência no Trabalho

Dimensão	Benefícios Evidenciados	Impacto na Saúde
Social	Inclusão, participação comunitária, manutenção de redes de contato	Redução do isolamento social, aumento do suporte social percebido
Psicológica	Sentimento de utilidade, autoestima, propósito de vida, autonomia	Prevenção de quadros depressivos, aumento da satisfação com a vida
Cognitiva	Estímulo mental contínuo, desafio, necessidade de aprendizado	Retardamento do declínio cognitivo e neurodegenerativo
Econômica	Estabilidade financeira, poder de consumo	Acesso a melhores cuidados de saúde e bem-estar

A relevância desses achados reside na confirmação do trabalho como determinante social de saúde para o indivíduo idoso.

Lee et al. (2020) destacam que o engajamento produtivo é fator de resiliência psicológica, contrastando com o estigma da “inutilidade” frequentemente associado à aposentadoria compulsória.

Nesse contexto, o trabalho se configura como direito que promove capacidade funcional e bem-estar geral, alinhando-se à visão da OMS de que o envelhecimento não deve significar inatividade, mas otimização das oportunidades.

Por outro lado, a revisão revelou que ambientes desadaptados transformam o trabalho em agente de desgaste e adoecimento. Os principais Riscos Psicossociais identificados incluem:

- **Etarismo e discriminação:** Desvalorização da experiência, barreiras ao acesso à formação contínua e preconceito em promoções.
- **Sobrecarga e rigidez:** Falta de flexibilização de jornadas ou adaptações ergonômicas leva a descompasso entre exigência laboral e capacidade funcional, aumentando fadiga e risco de acidentes.
- **Insegurança no emprego:** Vulnerabilidade a demissões em cenários de reestruturação tecnológica ou econômica, gerando ansiedade e estresse crônico.

RELAÇÃO DICOTÔMICA ENTRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL

A análise comparativa demonstra que a qualidade do ambiente de trabalho é o fator mediador que determina se o trabalho será um direito promotor da saúde ou um risco. A principal limitação na gestão da força de trabalho madura é a prevalência de modelos de trabalho voltados para populações mais jovens, gerando pressão adicional sobre trabalhadores seniores que precisam “provar” competência diante do estereótipo de declínio.

O estresse crônico e o burnout constituem a via pela qual o trabalho leva ao adoecimento, com impactos documentados em doenças cardiovasculares e desordens musculoesqueléticas (Lee et al., 2020).

SÍNTESE DA RELEVÂNCIA E VANTAGENS DO ESTUDO

A principal contribuição deste estudo é consolidar, sob a ótica da Saúde Ocupacional, a urgência de mudança de paradigma: não basta garantir o direito de

trabalhar; é imperativo assegurar o direito de trabalhar com saúde. A abordagem dicotômica fornece um quadro claro para gestores e formuladores de políticas, permitindo que as intervenções foquem em mitigar os Riscos Psicossociais e maximizar os benefícios do Envelhecimento Ativo.

LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A limitação da pesquisa reside no fato de se tratar de uma revisão bibliográfica (estudo secundário), dependendo da qualidade, do rigor metodológico e do foco dos estudos primários consultados. Dessa forma, os achados refletem as evidências disponíveis na literatura, podendo não contemplar todas as particularidades do contexto brasileiro. Sugere-se que futuras pesquisas empíricas realizem investigações diretas sobre a população idosa trabalhadora, quantificando o impacto do etarismo e da falta de flexibilidade na incidência de doenças ocupacionais entre trabalhadores seniores, contribuindo para a formulação de políticas públicas e estratégias de gestão mais efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teórico-analítico cumpriu seu objetivo ao investigar a dicotomia entre os benefícios e riscos da permanência no mercado de trabalho na senescência, evidenciando que a atividade laboral pode se configurar tanto como um direito promotor do Envelhecimento Ativo quanto como um fator de risco à Saúde Ocupacional, dependendo das condições em que é exercida.

A revisão bibliográfica sistemática revelou que o trabalho atua como fator protetor quando proporciona estímulo cognitivo, inclusão social, autonomia e estabilidade financeira, elementos essenciais para a manutenção da capacidade funcional e do bem-estar psicológico do trabalhador sênior. Por outro lado, ambientes desadaptados, caracterizados por etarismo, sobrecarga e rigidez organizacional, transformam o trabalho em um vetor de adoecimento, gerando Riscos Psicossociais como estresse crônico, burnout e comprometimento da saúde física e mental.

Nesse contexto, a Saúde Ocupacional assume papel central na promoção de políticas e práticas que favoreçam a inclusão, adaptação ergonômica e flexibilização laboral, garantindo que o trabalho na senescência seja efetivamente um direito e não uma fonte de risco.

Como limitação, destaca-se que este estudo é teórico, baseado em literatura secundária, não gerando dados empíricos próprios. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras realizem investigações empíricas no contexto brasileiro, a fim de quantificar os impactos dos Riscos Psicossociais e avaliar a eficácia de estratégias de gestão que promovam o Envelhecimento Ativo sustentável.

Em síntese, o trabalho reforça que a dicotomia entre direito e risco no contexto laboral sênior é resolvida pela qualidade das políticas e práticas organizacionais. Garantir condições adequadas de trabalho não apenas prolonga a vida produtiva, mas também contribui decisivamente para a saúde, autonomia e bem-estar do trabalhador idoso, alinhando-se às diretrizes contemporâneas de envelhecimento saudável e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- EU-OSHA (European Agency for Safety and Health at Work). **Tomar o pulso à SST, 2025: Segurança e saúde no trabalho na era das alterações climáticas e digitais**. Bilbao: EU-OSHA, 2025.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Cidadania e direitos da pessoa idosa**. Ser Social, Brasília, n. 20, p. 35-62, jan./jun. 2007.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [inserir link do relatório]. Acesso em: [dia mês ano].
- LEE, Hyunsoo; et al. **Aging in Different Welfare Contexts: A Comparative Perspective on Later-Life Employment and Health**. *The Journals of Gerontology: Series B*, v. 75, n. 7, p. 1515–1526, 2020.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). **Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030)**. Genebra: OMS, 2021. Disponível em: [inserir link da publicação]. Acesso em: [dia mês ano].
- OSÓRIO, Neila; et al. **Educação e autonomia na longevidade: o papel da Universidade da Maturidade (UMA) na promoção do envelhecimento ativo**. Brasília: [Nome da Instituição], 2024. [Número de páginas ou volume].

ROBINSON, et al. **Fatores de riscos psicossociais no trabalho:** limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 45, 2022.

CAPÍTULO II

A NOVILÍNGUA DA POLÍTICA SOCIAL, A QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL

Luciana Azevedo⁵.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-02

RESUMO: O texto analisa a transição do Estado Providência para uma “nova questão social” sob a ótica de Pierre Rosanvallon e Robert Castel. Rosanvallon identifica crises financeira, ideológica e filosófica, propondo a passagem de um Estado “passivo” e indenizatório para um modelo “ativo” e personalizado, focado na inserção individual. Já Castel foca na precarização do trabalho e na erosão da sociedade securitária, o que gera vulnerabilidade e ressentimento social. Ambos sugerem que as transformações do capitalismo flexível exigem novas formas de solidariedade e proteção, embora críticos apontem que tais abordagens funcionalistas podem omitir a intensificação da exploração capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social. Estado Providência. Precarização.

THE NEW LANGUAGE OF SOCIAL POLICY, THE SOCIAL QUESTION, AND SOCIAL WORK

ABSTRACT: The text analyzes the transition from the Welfare State to a “new social question” through the lenses of Pierre Rosanvallon and Robert Castel. Rosanvallon identifies financial, ideological, and philosophical crises, proposing a shift from a “passive” and compensatory State to an “active” and personalized model focused on individual insertion. Meanwhile, Castel focuses on the precarization of labor and the erosion of the wage-earning society, which generates vulnerability and social resentment. Both suggest that the transformations of flexible capitalism demand new forms of solidarity and protection, although critics point out that such functionalist approaches may overlook the intensification of capitalist exploitation.

KEYWORDS: Social Question. Welfare State. Precarization.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos séculos, em caráter mundial e nacional, a questão social foi paulatinamente incorporada pelo pensamento político, ora como caso de polícia, ora como caso de política, de modo que algumas de suas expressões passaram a ser alvo de enfrentamento das políticas públicas, sobretudo daquelas de corte social. Assim, entre as décadas de 1940 e 1970, em boa parte dos países da Europa constituíram-se políticas

⁵ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lucyazvdo@yahoo.com.br

Trabalho final, apresentado ao Curso de Doutorado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção da nota pertinente à disciplina de “Política Social e Serviço Social”.

sociais, organizadas em sistemas de proteção social, às quais, conforme Behring e Boschetti (2006 apud Boschetti, 2012) evidenciaram sua importância como estratégias de sustentação do forte crescimento no período de predomínio da regulação fordista-keynesiana.

Todavia, embora, conforme Netto (2001), a expressão “questão social” tenha surgido na Europa afinada à teoria crítica, gradualmente foi adaptada pelo pensamento conservador, o qual omitiu os nexos entre desenvolvimento capitalista e pauperização, de modo que tal expressão passou a ser definida como algo natural e inerente a qualquer sociedade. Assim, compreende-se também que a crise do capital aprofundada na década de 1970, aliada ao discurso em torno do neoliberalismo como estratégia de retomada da taxa de acumulação, trouxe à tona novas propostas de gerir a proteção social a partir daquilo que se constitui uma novilíngua no âmbito da política social, à qual aponta referenciais teóricos menos ortodoxos no que tange ao tratamento da questão social.

A partir de um estudo aprofundando dos autores os quais discutem a política social a partir de uma novilíngua, a saber, Rosanvallon (1998), Castell (2005), Amartya Sen (2000) e Ulrich Bech (1997), pode-se verificar aproximações entre a referida conceituação presente nestes e na política nacional de assistência social brasileira. Sendo assim, pretende-se nas próximas páginas aprofundar os estudos em suas obras do ponto de vista da totalidade, mediação e contradição, enfocando mais precisamente Rosanvallon (1998) e Castel (2005), com aproximações críticas sustentadas nas produções de Boschetti (2012), Iamamoto (2007), Paulo Netto (2001) e Behring (1996).

A NOVILINGUA DA QUESTÃO SOCIAL: O QUE DIZEM ROSAVALLON E CASTEL

Pierre Rosanvallon (1998), ao discutir a questão social, aponta que tal expressão fora cunhada a fim de definir as disfunções da sociedade industrial emergente, cujas lutas do proletariado permitiram conquistas às quais transformaram sua condição mediante a constituição do Estado Providência, o qual chegou quase a vencer a insegurança social, bem como eliminar o medo do futuro.

Entretanto, para o autor “[...] os fenômenos atuais de exclusão não se enquadram mais nas antigas categorias de exploração do homem [...]” (Rosanvallon, 1998, p. 23), o que fez surgir uma nova questão social, à qual se traduziu pela inadaptação dos antigos métodos de gestão social, expressos pela mudança de natureza da crise do Estado providência, a partir do início dos anos de 1990. Segundo o autor, a crise identificada na década de 1970, iniciou uma nova fase em que se acresce um problema de natureza filosófica, haja vista que se discutem os princípios fundamentais da organização, da solidariedade e a própria concepção de direitos sociais, além dos já conhecidos problemas de “[...] financiamento e disfunções sempre onerosas dos aparelhos estatais [...]” (Rosanvallon, 1998, p. 23).

Assim, distingue três dimensões da crise sofrida pelo respectivo Estado providência, quais sejam de ordem financeira, ideológica e filosófica, em que a primeira diz respeito ao hiato entre despesas e receitas, a segunda crise, ocorrida na década de 1980, refere-se à suspeita de que o Estado empresário não administraria eficazmente os problemas sociais, indicando-se que as formas opaca e burocratizada prejudicaram sua percepção, contribuindo para a crise de legitimidade.

Já a crise de natureza filosófica que subjaz à nova questão social tem a ver com a desagregação dos princípios de organização da solidariedade e o fracasso da concepção tradicional dos direitos sociais, haja vista que a solidariedade se fundamentava na mutualização crescente dos riscos da sociedade securitária, os quais, todavia, estão sendo gradativamente separados: de um lado o seguro social, e de outro, a solidariedade. Concorre para sua destruição, a evolução demográfica, dissociação crescente entre a esfera dos contribuintes e dos que têm direito a serviços de apoio, além do maior conhecimento das diferenças individuais e entre os grupos.

Assim, o autor explica que a referida evolução demográfica conduz a uma necessidade de uma abordagem política de solidariedade, uma vez que o confronto do contrato social precisará substituir-se à “mão invisível” do seguro. Argumenta ele que a concepção tradicional de direitos sociais aproveita-se da inoperância para abordar o problema da exclusão de forma que o Estado providência passou a funcionar como um Estado providência compensatório – uma máquina indenizatória repousando no princípio da separação entre o econômico e o social.

Ademais, haveria uma cisão dos direitos como compensação de uma disfunção passageira, indicando um Estado providência passivo, que consiste em aumentar cada vez mais os descontos sobre o rendimento do trabalho para indenizar a exclusão do mercado de trabalho de uma grande parte da população, o que acaba por causar uma redução dos rendimentos.

E de outro lado, o Estado providência ativo, que adviria da busca do enriquecimento da noção de direito social a fim de encontrar um novo direito de inserção, o qual requer que o Estado personalize seus meios de atuação a fim de adaptar-se ao caráter específico das situações. Isso porque, na visão do autor, só existem situações particulares em matéria de exclusão e de desemprego de longa duração.

E, por essas duas questões se colocarem de forma quase idêntica nos países industrializados, isso apontaria o declínio da sociedade securitária se dando de forma particular em cada país, mas também uma inflexão na percepção do social, com uma nova fase da modernidade, caracterizada pela crise fiscal. Esta, por sua vez, levaria a retomar a questão dos direitos sociais formulada pelo individualismo liberal, de forma a ultrapassar a oposição entre direito forma e real.

Assim, Rosanvallon (1998, p. 25) explica que a referida evolução demográfica “[...] conduz a uma necessidade de uma abordagem política da solidariedade [...]”, uma vez que o confronto do contrato social precisará substituir-se à “mão invisível” do seguro. Argumenta ele que a concepção tradicional de direitos sociais aproveita-se da inoperância para abordar o problema da exclusão, de forma que o Estado providência funciona como um Estado providência compensatório, uma máquina indenizatória repousando no princípio da separação entre o econômico e o social.

Ademais indica haver uma cisão dos direitos como compensação de uma disfunção passageira e um Estado providência passivo, que consiste em aumentar cada vez mais os descontos sobre o rendimento do trabalho para indenizar a exclusão do mercado de trabalho de uma grande parte da população, o que causa uma redução dos rendimentos.

De outro lado, aponta que o Estado providência ativo advém da busca do enriquecimento da noção de direito social a fim de encontrar um novo direito de inserção,

o qual requer que o Estado personalize seus meios de atuação, a fim de adaptar-se ao caráter específico das situações. Isso porque, na visão do autor, só existem situações particulares em matéria de exclusão e de desemprego de longa duração.

Portanto, na visão do Rosanvallon, essas duas questões se colocam de forma quase idêntica nos países industrializados, apontando que o declínio da sociedade securitária se dá de forma particular em cada país, mas indica uma inflexão na percepção do social, que por sua vez, aponta uma nova fase da modernidade caracterizada pela crise filosófica (Rosanvallon, 1998). Esta, por sua vez, levaria a retomar a questão dos direitos sociais como formulada pelo individualismo liberal de forma a ultrapassar a oposição entre direito formal e real, e reformulando a definição do justo, equitativo e da solidariedade. Assim, ingressaremos, segundo o autor, em uma nova era do social, com reinstituição da solidariedade e redefinição dos direitos (Rosanvallon, 1998).

Nestes termos, evidencia o declínio da sociedade securitária, apontando que o Estado providência se desenvolveu historicamente, com base em um sistema securitário em que as garantias sociais estavam associadas a seguros obrigatórios cobrindo os principais riscos de existência. Isso porque a introdução de seguro na gestão social impôs-se progressivamente, permitindo abandonar os paradoxos da visão puramente individualista de sociedade. Até então a legislação que, em matéria de socorro subentendia a existência do inválido e do capacitado que não encontrava emprego, passou a ter que considerar também o trabalhador, empregado com renda tão baixa a ponto de colocá-lo em situação de indigência e pauperismo – o proletariado.

Desse modo, a aplicação do seguro aos problemas sociais permitiu ultrapassar as contradições anteriores, uma vez que o social era considerado de modo diferente, sob o aspecto da responsabilidade individual e noção objetiva do risco. Portanto, conforme o autor, o seguro permitiu abrir um novo caminho para apreender as políticas sociais, o que fez os liberais acenarem para ele como uma possibilidade de afastar o espectro do socialismo (Rosanvallon, 1998).

Entretanto, a ideia original de seguridade social teria perdido muito de sua pertinência diante da impossibilidade de continuar unificando o risco, em função de sua ampla variedade, sobretudo porque o desemprego e a exclusão passaram a ser fenômenos estáveis, assim como as deficiências e dependências não tinham a ver somente com

acidente. Como o princípio da justiça e da solidariedade subjacente ao Estado providência sustentar-se-ia na ideia de um risco aleatório, e circunstancial, este não daria mais conta por que a técnica do seguro não se adaptava à situação. Tais condicionantes indicariam, portanto, que o fenômeno exigiria um novo conceito central em detrimento dos riscos: o da precariedade ou vulnerabilidade.

Nesses termos, o Rosanvallon passa a evidenciar vários elementos que considera serem indicativos da impossibilidade do uso exclusivo da categoria risco e do declínio, portanto, da sociedade securitária (Rosanvallon, 1998). Alude que, embora a noção de risco seja relevante, mudou de escala. Primeiro porque a socialização dos riscos não pode mais funcionar nas catástrofes naturais, por não ser possível elaborar regra de justiça que as impeçam de ocorrer. Segundo que defende ser mais marcante em nossa sociedade o sentido de responsabilidade individual, reforçado pelo retorno mais recente a esta noção.

Acrescenta-se ainda o progresso da genética médica que inferiu patologias de transmissão hereditária, diferenciando o inato e o que colocaria em xeque o regime tradicional de seguro e indenizações utilizado até então porque não poderia ser feito o cálculo global probabilístico para todo e qualquer indivíduo quanto à sua possibilidade de morte, tendo em vista a predisposição maior em determinados grupos. Assim, o inato acabaria sendo mais importante que o adquirido, causando despersonalização dos riscos que faria por desaparecer a noção do risco sujeito a seguro porque as determinações seriam individuais. Portanto “[...] o custo social das atitudes individuais se torna cada dia mais visível; a solidariedade e a liberdade caminharão cada vez mais distanciadas [...]” (Rosanvallon, 1998, p. 41).

Rosanvallon (1998) aponta a concepção de questão social como disfunção da sociedade emergente, ideia funcionalista que naturaliza o processo e aproxima-se de Durkheim. Em síntese, para ele o Estado providência chegou a eliminar o medo do futuro, mas os fenômenos recentes colocam a questão social num novo patamar. A nova questão social coloca em questão os antigos métodos de gestão social e se relacionam a disfunções onerosas em relação ao financiamento.

Assim, há uma crise filosófica que acompanha o surgimento da nova questão social, e que o neoliberalismo não é o caminho, para manter a coesão nacional, razão pela qual propõe a terceira via. Como compreende a constituição de uma sociedade dependente

e irresponsável estimulada pelo Estado providência, a saída estaria na focalização, nos indivíduos, tendo em vista a constituição de seus vínculos. E embora descreva a questão dos desempregados de longa duração, não faz relação causal, relacionado apenas com a trajetória individual.

Entretanto, a seguridade não surgiu a partir de um cesto de agregados, ela se fundou no pleno emprego, que hoje, com a conjuntura de crise e de desemprego desdobra nas dificuldades do referido sistema em cobrir os segurados, não sendo, portanto, um problema de gestão. Isso porque em um panorama de crises, a tendência é que o capital sob a mediação do Estado transfira aos despossuídos, classe trabalhadora, os custos da retomada da queda da taxa de lucro através da redução dos custos sobre o trabalho. Desse modo, diferente do que aponta Rosanvallon (1998), não se tem uma nova forma de exploração, mas sua intensificação através da flexibilização dos processos de trabalho, impulsionados pelas inovações tecnológicas e, conseqüentemente de suas legislações trabalhistas, conforme explorado por Harvey (2013).

No que tange à transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX, concomitante à crise do capital, Harvey (2013) se propõe a demarcar quão profunda e fundamental foi essa transformação. Assim, recorre à escola da regulação para indicar a hipótese de transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado. Assim, aponta que,

[...] um regime de acumulação, mantém uma estabilização por um período a partir da correspondência entre consumo e acumulação [...] [o que necessita] [...] impulsionar o comportamento dos indivíduos assumirem a modalidade que mantenha esse equilíbrio [...]. (Harvey, 2013, p. 117).

Aponta que os contrastes entre as práticas político-econômicas do pós-guerra e da atualidade são suficientes para indicar a passagem do fordismo para o regime de acumulação flexível, cujas características são da acumulação flexível que confrontam com a rigidez do fordismo e compressão do espaço tempo nas plantas industriais se dando em células em vários países, com reorganização do sistema financeiro global e poderes ampliados de coordenação financeira. Assim, o autor indica a incapacidade do fordismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo, além da rigidez nos investimento,

contratos, nos compromissos do Estado, com dificuldades de serem superados, dada a força organizativa e sindical da classe trabalhadora.

Assim, diante da austeridade, as reduções fiscais e erosão do compromisso social entre o grande trabalho e o grande governo se tornaram lemas dos Estados. No nosso entendimento, tais elementos contribuíram para a adesão de propostas como as de Rosanvallon (1998), no sentido de diminuir os custos de reprodução da força de trabalho, tendo em vista a necessidade premente do capital de retomada da queda da taxa de lucro. Contraditoriamente, Harvey (2013) indica que a desregulamentação significou aumento da monopolização e no outro extremo floresceram pequenos negócios com estruturas patriarcais e artesanais, de modo que ainda se tem indícios de continuidade entre fordismo e a acumulação flexível, considerando o pouco crescimento econômico.

Já Castel (1998) afirma a nova questão social como decorrente do enfraquecimento da condição salarial, com a desestabilização dos estáveis, em função do processo de precarização do emprego e dos vínculos empregatícios. Isso gerou o crescimento da vulnerabilidade, que seria produto da degradação das relações de trabalho, bem como das proteções sociais voltadas ao mundo do trabalho. Diferentemente de Rosanvallon, em “A insegurança social”, Castel (2005) faz a defesa do contratualismo e da socialdemocracia para defender o Estado social, combatendo a ideia da sociedade do risco, cujo arcabouço seria a quebra do que ele chama de relação salarial, que tinha equilíbrio e segurança, cuja saída seria através da proteção.

O autor distingue dois tipos de proteção, aquela referente às liberdades civis, o qual nomina de proteção civil, e aquela pertinente aos riscos que podem acarretar um indivíduo em função de doenças, acidentes, velhice desprovida de recursos, circunstâncias imprevisíveis, qual seja a proteção social, o qual, através da seguridade social, se constituiu direito de uma maioria social a ponto de constituir o que o autor chama de sociedade securitária (Castel, 2005).

Entretanto, aponta que nestas mesmas sociedades, “[...] atravessadas de proteção a preocupação securitárias continuam onipresentes [...]” (Castel, 2005, p. 8), pois na visão do autor a própria busca da proteção levaria a insegurança uma vez que o sentimento de insegurança não seria um dado imediato da consciência. Assim, o autor demonstra a preocupação com uma extraordinária explosão da noção de risco, tendo em vista que ser

protegido é também ser ameaçado. De acordo com Castel (2005), o fio condutor de sua análise é que

[...] as sociedades modernas são construídas sob o terreno da insegurança, porque são sociedades de indivíduos que não encontraram, nem em si mesmos, nem em seu entorno imediato, a capacidade de assegurar sua proteção. Se é verdade que essas sociedades estão ligadas à promoção do indivíduo, elas também promovem sua vulnerabilidade ao mesmo tempo que o valorizam. Daí resulta que a busca de proteção é consubstancial ao desenvolvimento destes tipos de sociedade (Castel, 2005, p. 9).

Para discorrer sobre sua tese, o autor delinea a insegurança social ao longo da história. Assim, caracteriza a segurança civil no Estado de direitos, indica que nas sociedades pré-modernas, a segurança era garantida com base nos laços de pertença familiares e comunitários, enquanto a insegurança era pertinente às guerras e aos riscos de penúria, fome e epidemias.

Já na sociedade de indivíduos, característica da modernidade, a propriedade de bens e de si mesmo é que o protege em face das circunstâncias imprevisíveis da existência, da doença e dos acidentes, assim como garante a autonomia do cidadão como ser político, uma vez que como Estado de segurança – mínimo ou de guarda - cabe a este, nos termos de Locke, proteger as pessoas e seus bens. Assim, a segurança civil é garantida a partir do exercício das liberdades fundamentais.

Por outro lado, para o Castel a insegurança recente é irrealista e tem origem no início da sociedade moderna, dos indivíduos, onde a demanda por proteção era infinita porque os mesmos estariam colocados fora da proteção, que só poderia encontrar seu cumprimento no quadro de um Estado absoluto, nos termos de Hobbes, ou seja, referente ao absolutismo real (Castel, 2005). O paradoxo consiste no fato de ter nessa sociedade maior exigência de desenvolvimento das liberdades e autonomia individuais, ao passo que estes só poderiam dar-se plenamente em um Estado de direitos.

Assim o autor aponta que tal insegurança advém desse efeito, qual seja, “[...] uma demanda absoluta de proteção em um legalismo com desenvolvimento de formas exacerbadas de recurso ao direito [...]” (Castel, 2005, p. 25). Desse modo, o autor aponta o Estado como um ente que estaria do lado de fora, diferentemente de uma compreensão de totalidade em que produção e reprodução se relacionam dialeticamente.

Ao abordar a segurança social no Estado protetor, explicita que a insegurança é tanto civil como social, de modo que se sentir inseguro se refere à consciência de estar à mercê das situações que ameaçam degradar o estatuto social do indivíduo. Desse modo o risco social é caracterizado “[...] como um evento que compromete a capacidade do indivíduo de assegurar por si mesmo sua independência social [...]” (Castel, 2005, p. 27), e afeta quem não está assegurado. Fundamentando-se em Marx, afirma ter sido a insegurança social deixada pelo Estado de direito que deixou à própria sorte grande parcela daqueles que não têm meio de suprir sua existência pela propriedade. Desse modo, tal direito apresentava-se apenas no aspecto formal, diante do grande contingente de trabalhadores a requerer cobertura para suprir suas demandas.

Como superação à referida insegurança social, instaurou-se no Estado protetor a propriedade social, misto de proteções e direitos à própria condição do trabalhador e acesso em massa à condição de propriedade social. Nesses termos o trabalho, relação comercial, transformou-se em emprego, com estatuto e garantias, enquanto a propriedade social consistiria num misto de equivalentes sociais de proteção que antes só gozava quem detinha propriedade privada, tal qual a aposentadoria, direito criado a partir do trabalho, como proteção para a velhice, que rivalizaria com a renda propiciada pelo patrimônio pessoal daqueles que o possuíam.

Porém, para o Castel, a insegurança social significa desassociação social, que é o contrário de coesão e remete à anomia, cujo fundamento está em Durkheim e cuja saída seria a solidariedade orgânica, ou seja, as instituições funcionando (Castel, 2005). Tal linha de raciocínio, por carecer de uma abordagem de totalidade, tende a particularizar a solução a partir do entendimento de que as instituições resolverão o processo, o que evidencia sua abordagem funcionalista.

Tipicamente socialdemocrata, aponta que se teve no Estado protetor uma sociedade de semelhantes e não de iguais, por entender que este não teve um papel redistributivo, e sim protetor, de modo que haveria uma predominância gradativa da sociedade salarial em detrimento da sociedade privada.

Assim, entende que seu principal mérito foi estrangular a insegurança social e agir como redutor de riscos sociais, os quais atribui a duas condições conjunturais e estruturais, a saber o crescimento econômico, três vezes maior entre 1940 e 1970, que

possibilitou estabilidade suficiente para negociações da gestão das questões sociais com capacidade de controle do futuro no planejamento das ações estatais, além a inscrição de indivíduos nos grupos protetores por intermédio do direito ao trabalho que, através das convenções coletivas, tinham acesso à propriedade social.

Entretanto, considera que a relação salarial fordista keynesiana foi determinada e localizada, de forma que não daria para pensar na atualidade os mesmos parâmetros, sobretudo porque, na sua concepção, causou uma sobrecarga do Estado impossível de sustentar, enfraquecendo-o. Sua raiz estaria na impossibilidade em encaixar os indivíduos como nas proteções mais próximas.

Ademais, Castel (2005) aponta que com a crise da modernidade organizada que os ideais iluministas da modernidade de aplicar ao conjuntos da sociedade os princípios da autonomia do indivíduos e da igualdade de direitos não se concretizaram. Assim, a partir de Durkheim, explica que a inscrição dos indivíduos num sistema de organização coletiva advém da ideia de ultrapassar a relação contratual durkheimiana para, com a proteção social, de evitar a dissociação social trazida pela modernidade.

Todavia, com a mundialização do comércio, crescimento das exigências da construção europeia, mundialização do Estados nacionais, este reconheceu-se incapaz de dar seguimento ao equilíbrio fiscal econômico demandado a partir da modernização, sobretudo com a segunda guerra mundial, com o peso dos sindicatos e com a necessidade de ser o indutor do crescimento econômico, de modo que estaria contraproducente diante da necessidade de manter os super custos decorrentes dos encargos sociais e dos limites às exigência de competitividade.

Tal situação conflui paralelamente ao que o autor chama de erosão da “[...] responsabilidade da defesa dos interesses dos assalariados através de grandes formas de organização coletiva [...]” (Castel, 2005, p. 44) comprometida pelo desemprego em massa e heterogeneidade da classe, despadronização dos trabalho (Bech, 1992) e consequente flexibilização, com individualização - descoletivização atravessando as mais diferentes formas de organização do trabalho. Por outro lado, reforça que algumas categorias profissionais seriam beneficiadas com esse processo de individualização por favorecer sua capacidade de empreender.

O fato é que na visão de Castel, diante de tal panorama ter-se-ia uma dessocialização dos indivíduos e um retorno às classes perigosas, os quais na atualidade agregam o desempregado há muito em busca de empregos, assim como aquele que nunca trabalhou, de modo que é um grupo bem heterogêneo, podendo ser formados por contingentes semelhantes àsquelas anteriores à sociedade salarial, acrescidas dos desempregados, subempregados dentre outros (Castel, 2005). Em função do avanço tecnológico o autor advoga que foram prejudicados os segmentos de artesãos e pequenos comerciantes, assim como as categorias de profissões menos qualificadas, que se consideram abandonadas à própria sorte, em situação e mobilidade descendente, causando um ressentimento – mistura de inveja e desprezo que atua como diferenciação da situação social e joga a responsabilidade naqueles mais pauperizados ou naqueles logo acima, causando uma frustração coletiva. Castel (2005) aponta um quadro de desqualificação em massa e faz a crítica ao conceito de exclusão, pois não há exclusão no social, uma vez que tudo está no social.

Destaque-se ainda a análise do autor ao abordar a questão do ressentimento por parte de extratos da classe trabalhadora que elegeram em 2002 a Frente Nacional, cuja pauta é de direita e fascizante, na qual este alerta para o fato de que entre seus eleitores estavam extratos da classe trabalhadora historicamente afinados à esquerda (Castel, 2005). Na sua compreensão, dentre eles estavam categorias que, foram colocadas de lado e cujas profissões não foram preparadas para acompanhar o mercado flexível decorrente da reestruturação produtiva e das próprias inovações tecnológicas, vivenciando, por isso, a desgraça social.

Estes “pequenos brancos” (Castel, 2005, p. 54) diante da crise, passaram a vivenciar condições de vida semelhantes aos dos extratos inferiores e passaram a incorporar o discurso e votos em candidatos, cuja pauta afina-se à direita, especialmente daquelas que atribuem aos imigrantes, negros e grupos minoritários a responsabilidade pelo desemprego, dada a concorrência no mercado de trabalho e pelo peso do Estado no que se refere a oferecer as propriedades sociais.

O ressentimento não predispõe para a generosidade, nem para enfrentar os riscos. Ele provoca uma atitude defensiva que recupera a novidade, mas também o pluralismo e as diferenças. Nas relações que elas mantêm com outros grupos sociais, em vez de acolher a diversidade que eles apresentam, essas categorias sacrificadas tendem a encontrar bodes expiatórios que poderiam explicar seu desamparo (Castel, 2005, p. 53).

Tal percepção traz elementos para refletir sobre a realidade brasileira na atualidade, considerando os setores que elegeram um Presidente com pauta de extrema direita, de caráter racista, machista, homofóbica, confrontando diretamente grupos que, historicamente foram relegados ao segundo plano no que tange ao acesso aos bens, serviços e direitos sociais, e que nos últimos anos vivenciaram uma evolução no reconhecimento de seus direitos individuais e coletivos.

Ainda em se tratando dos extratos da classe trabalhadora periférica, especialmente aqueles formados por grupos mais suscetíveis à submissão a quaisquer relações de trabalho, dentre eles imigrantes, desqualificados, negros, dentre outros, indica o ressentimento como fator de insegurização, aliando na periferia insegurança social e civil. Isso porque neles tem-se desde o desempregado até o subempregado, o traficante, o degradado, dentre outros, cuja conduta indica “incivilidades”, que os colocam como expressão atual na mídia das antigas “classes perigosas”, às quais marcaram o início da revolução industrial, sendo, portanto, abcesso da fixação da insegurança enfrentado pelo Estado como caso de polícia a ser resolvido na conta da judicialização e extermínio, alternativa necessária, porém insuficiente por omitir os nexos referentes à desigualdade social como fator preponderante no enfrentamento à insegurança.

No que se refere ao risco, diferencia-se de Ulrich Bech (1992), segundo o qual viveríamos numa sociedade do risco em que o princípio geral da incerteza é que conduziria a sociedade e não mais o progresso social. Diferente de Bech, entende que há uma diferença entre risco e catástrofes, de modo que estas últimas sim não seriam previsíveis, enquanto as primeiras seriam passíveis de controlar. Acrescenta ainda que, seguindo-se os preceitos de Bech, caso ser protegido signifique estar em condições de enfrentar os principais riscos da vida, a falta das coberturas clássicas e o sentimento generalizado de insegurança acabam por alimentar a frustração securitária contemporânea.

Em sua obra, dialoga com Giddens por entender que a inflação contemporânea do risco leva a uma confusão entre risco e perigo, de modo que a cultura do risco fábrica perigo decorrente da uma demanda irrealista por segurança, levando a uma inflação contemporânea do risco que leva a uma demanda desvairada por segurança, que por sua vez dilui a própria noção de segurança. Assim a cultura do risco está impedindo-a de ser operatória em razão do próprio esvaziamento de sua substância, o que vai de encontro à intencionalidade que seria seu uso como redutor de incertezas e controle do futuro objetivando torná-lo mais seguro.

Semelhantemente dialoga com Bech (1992, apud Castel, 2005), contrapondo sua assertiva segundo a qual os riscos atingem as classes indistintamente, pois existem injustiças na repartição desses riscos. Propõe substituí-lo por prejuízos ou danos, cujo significado é que a solução compatível é diferente daquela advinda da ideia clássica de risco quando aplicada, por exemplo, para mensurar a instalação de uma grande indústria. Por fim o autor aponta a importância dos referido conceito no sentido de apresentar o que considera ser a insuficiência dos clássicos em responder às novas demandas de proteção requisitadas ao Estado diante da nova conjuntura econômica.

Todavia, evidencia que a cultura desenfreada e generalizada do risco reforça o capital atuante na esfera dos seguros privados bem como seus ideólogos num processo de individualização dos riscos. Ademais, responsabiliza a aparato estatal que, por intermédio das proteções sociais, especialmente da assistência social, fizera ruir os mecanismos comunitários de solidariedade, fazendo-os recair na relação direta entre o indivíduo e o Estado, que em situação de insuficiência no provimento destas mesmas proteções desdobraria na fragilização deste indivíduo, especialmente diante das novas formas de contratos flexíveis, subempregos e desemprego.

Aponta como saída, mecanismos de socialização dos riscos por intermédio de estratégias que identifiquem a dimensão social dos novos fatores de incertezas, bem com as condições de responsabilidades coletivas. Assim, indica um novo regime de proteção social, com mínimas sociais, com políticas locais de inserção àqueles desprovidos das proteções clássicas, ao exemplo da Renda Mínima de Inserção, que consiste repasse financeiro com contrapartida de contrato de trabalho em projetos locais implantados a

partir da situação particular do locatário e da localidade em que se situa, no que o autor chama de política de ativação das despesas passivas.

Em síntese, o autor, concebe classe, trabalho, conflito, todavia entende que tem que se construir algo entre o *laissez faire* e o socialismo (Castel, 2005). Aponta uma extraordinária explosão da noção de risco, e entende que as instituições resolverão o processo, o que evidencia sua abordagem funcionalista. Na sua concepção, a saída para anomia seria a solidariedade orgânica, ou seja, as instituições funcionando. Assim, indica como saída um capitalismo com face humana, lugar intermediário entre a socialdemocracia clássica que tinha como finalidade o socialismo e a socialdemocracia, que tinha como manutenção o status quo. O seu horizonte é salvar o Estado social.

Sua proposta evidencia o conteúdo das reformas que se deram na Europa recente, conforme estudos de Boschetti, que afirma uma tendência de menos trabalho com direitos, mais “ativação do trabalho” sem direitos. Nestes termos, a autora aponta que aponta que o conteúdo político das reformas se deu na denúncia do peso do estado, do aumento da expectativa de vida e da necessidade de políticas de ativação do emprego.

Nesse sentido, as reformas realizadas se deram na perspectiva controle de custos, com reforma da previdência via aumento da idade mínima, redução das despesas sociais, desregulamentação de direitos trabalhistas, com políticas de ativação de emprego, em que as transferências de renda se dão de forma complementar em contrapartida ao trabalho, ainda que precário, e com remuneração inferior ao necessário à sobrevivência. E embora não se possa falar em desmantelamento dos sistemas de proteção social europeus, essas políticas provocaram uma

[...] Corrosão insidiosa nos princípios fundantes da universalidade, qualidade e proteção ampla, e ocasionaram redução da abrangência dos direitos, seleção e focalização das prestações sociais, perda de qualidade dos sistemas públicos, introdução e/ou ampliação de sistemas privados sob a égide do mercado (Boschetti, 2012, p. 799).

Tal modalidade não se restringiu à Europa, mas permeia a política nacional de assistência social implementada no Brasil nos últimos quatorze anos, resguardadas suas devidas particularidades. Assim, um acompanhamento da política nacional de assistência social no Brasil, evidencia a recorrência de um tratamento diferenciado à questão social a partir de conceitos, que na atualidade já se tornaram comuns no cotidiano dos

trabalhadores dessa política social, tais como vulnerabilidade e risco. Assim, embora a atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tenha demarcado a questão social como objeto de enfrentamento, o que figura na definição de seus usuários é indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social.

Tanto Ronsanvallon (1998), quanto Castel (2005) diferenciam-se, portanto, da concepção amparada na teoria crítica marxiana, apontando de forma diferenciada, possibilidades de gestão do Estado que considerem a renda mínima ou renda de inserção. Particulariza-se o fato de que o primeiro evidencia o Estado providência compensatório, enquanto o segundo faz uma crítica à cultura do risco, o que no nosso entendimento, tem sua razão de ser se se problematiza o uso de tais conceitos nas políticas sociais atuais.

Já que no que tange à concepção de questão social amparada na teoria crítica marxiana, entende-se como expressão do operariado como sujeito de luta a reivindicar a socialização da produção coletiva, diante das mazelas e expressões decorrentes da contradição entre produção social coletiva e apropriação social privada, bem apreendida por Iamamoto, que afirma ser a questão social

[...] senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]. (Iamamoto; Carvalho, 1983, p. 77 *apud* Iamamoto, 2007, p. 168).

Desse modo, ela situa a questão social no âmbito da correlação entre o capital e o trabalho como proveniente da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, o que, por sua vez, gera diversas expressões dessa desigualdade associada ainda às lutas sociais, decorrentes das reivindicações da classe subalterna. Tal quadro fica mais explícito quando a autora enfoca a partir de Ianni:

[...] a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos, numa “luta aberta e surda pela cidadania”. (Ianni *apud* Iamamoto, 2007, p. 160).

Sob tal perspectiva, prossegue afirmando que na atualidade a questão social sofre um violento processo de criminalização, em cujo bojo subjaz uma artimanha ideológica,

que consiste na eliminação da sua dimensão coletiva. Assim, se oculta o fato de que a raiz da questão social está fincada na exploração da classe trabalhadora, de modo que esta é mascarada como uma simples dificuldade do indivíduo.

No que tange ao debate que atravessou a última década, a saber, se há ou não uma nova questão social, Iamamoto (2007) é categórica em afirmar que se constata uma renovação da velha questão social. E que esta, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas da sociedade contemporânea, aprofunda suas contradições e assume novas feições. Assim, em tempo de capital fetiche, a financeirização se consolida tendo como reverso a concentração de riquezas, de um lado, bem como pobreza e miséria de outro, de modo que se constata, conseqüentemente, o aprofundamento da desigualdade social e novas expressões da questão social.

Em *Serviço Social em tempo de Capital Fetiche*, Iamamoto (2007) reforça a perspectiva apresentada anteriormente com Carvalho, explicitando que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista. Assim, aborda a questão social como “[...] o conjunto de desigualdades e lutas sociais produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche [...]” (Iamamoto, 2007, p. 156).

É evidente que a autora novamente situa a questão social no âmbito da correlação entre capital e trabalho, particulariza sua emergência no âmbito da formação social brasileira e atualiza-a enfatizando os novos matizes, os quais emergem devido às novas formas de exploração advindas do reordenamento do capital, agora fetichizado por sua face especulativa. Dentre as novas e diversas expressões evidenciadas, afirma que na atualidade a questão social sofre um violento processo de criminalização, em cujo bojo subjaz uma artimanha ideológica, que consiste na eliminação da sua dimensão coletiva. Assim, oculta-se o fato de que a raiz da questão social está fincada na exploração da classe trabalhadora, de modo que esta é reduzida a uma dificuldade do indivíduo.

Embora haja certo vazio em “Capital Fetiche” no que tange ao aprofundamento pertinente às lutas sociais, tais elementos são debatidos com maior profundidade em artigos, tais como Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil, da mesma autoria.

Quanto às análises de Marx sobre o assunto, Paulo Netto (2001) explicita que, com a revolução de 1848, a classe trabalhadora passou a compreender que a questão social somente seria eliminada com a subversão da ordem capitalista.

Contudo, a abordagem teórica de Karl Marx a esse respeito viria a público apenas em 1867, quando este evidencia, no primeiro volume de *O Capital*, que a dinâmica da questão social é irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo. Assim o autor afirma que

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista” [...] revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social” [...] suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tomando potência social dominante [...] (Paulo Netto, 2001, p. 156, grifo do autor).

Por conseguinte, o autor discute que a análise de Marx em *O Capital* evidencia que a questão social está determinada pelo traço peculiar da relação capital/trabalho, que é a exploração. Afirma, entretanto, que isso não significa unicausalidade, ou seja, a exploração apenas remete à determinação molecular da questão social, não à sua única causa, pois isto exige a compreensão de que ela implica a intercorrência de elementos históricos, políticos e culturais, dentre outros.

Nesse sentido afirma que, sob a ótica teórico-analítica, a questão social nada tem a ver com traços invariáveis de qualquer sociedade humana, mas sim “[...] exclusivamente com a sociedade erguida sob o comando do capital [...]” (Paulo Netto, 2001, p. 158). Ademais não aborda a questão social como categoria, pois explica que no contexto marxiano as categorias “[...] são formas de ser, determinação da existência [...]” (Marx, apud Netto, 2001), ou seja, possuem existência concreta.

No que tange à dúvida se as interpretações evidenciadas reduzem a questão social a um patamar economicista, Berhing (1997) defende, no documento explicativo a respeito das diretrizes curriculares que, na verdade, o arcabouço marxiano pretende dar uma compreensão de totalidade à questão social. E assim se expressa:

Vale destacar que quando se fala em produção e reprodução das relações sociais inscritas em um momento histórico, sendo a questão social uma reflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução – movimentos inseparáveis na totalidade concreta – de condições de vida, de cultura e de riqueza. Não há, pois nenhuma redução à dimensão econômica ou política, ou à dimensão cultural, de onde se evitam as interpretações unilaterais dos processos sociais e monocausalismos de várias espécies, sobretudo nesses tempos de fragmentação e pós-modernismo (Behring, 1997, p. 22).

Cabe ressaltar ser essa a concepção hegemônica que subsiste como paradigma no âmbito da formação profissional em Serviço Social, de modo que fora ela a concepção aprovada nas diretrizes curriculares construídas nacionalmente pelas instituições de ensino superior em Serviço Social sob a direção da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e aprovada pelo Ministério da Educação (MEC).

Compreender as expressões da questão social no âmbito das relações sociais capitalistas, como concepção que nega a suposta naturalização das desigualdades torna-se um imperativo teórico, mas que também exige um rigor ético e político por parte dos assistentes sociais inseridos em processo de trabalho nos mais variados campos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento dado às expressões da questão social no mundo, especialmente no âmbito do Estado providência entre 1940 e 1970, propiciou melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, assim como um período áureo de crescimento do capital a partir do Estado como indutor da economia, em que pese à constituição de mercado consumidor para os produtos oriundos do padrão fordista de produção. Isso só foi possível em virtude da ameaça do comunismo, que pressionou a burguesia e entregar os anéis para não perder os dedos, ou seja, abrir canais de negociação mais amplos com a classe trabalhadora que também renunciou à aventura histórica em direção a uma sociabilidade para além do capital.

Todavia, com a queda da taxa de lucro e conseqüente crise do capital, adensada pelas inovações tecnológicas, bem como o advento do novo padrão de produção, caracterizado pela produção flexível, emerge e incorporam-se nas políticas sociais as

propostas da novilíngua que acusam o Estado de ser uma máquina de compensatória, como Rosanvallon, com necessidade de novos indicadores indenizatórios no que tange ao risco, bem como o uso da renda de inserção ou renda mínima. Nestes termos é que Castel aponta as dificuldades decorrentes da vulgarização do conceito de risco no âmbito do Estado protetor, muito embora desdobre na renda mínima de inserção, que por sua vez, recai nas políticas de ativação.

Por outro lado, tanto Ronsavallon (1998) quanto Castel (2005) apontam uma questão social que não seria mais aquela clássica decorrente do ingresso do operariado na cena moderna a reivindicar sua parte na riqueza produzida diante da contradição pertinente à pauperização das massas, a despeito do desenvolvimento do capitalismo. Assim, o primeiro aponta a questão social como disfunção da sociedade emergente e o segundo como nova questão social decorrente da ruptura da sociedade salarial no bojo da desfiliação, sustentadas a partir de Durkheim, com ênfase na individualização como elemento catalizador da crise do Estado providência, como no caso de Rosanvallon (1998) ou como solução como no caso de Castel (2005).

A contradição entre a concepção da questão social hegemônica na formação (a partir da relação capital trabalho) e seu enfrentamento (a partir de indicadores de vulnerabilidade e risco social e pessoal) impõe desafios ao exercício profissional dos assistentes sociais inseridos nas políticas sociais, sobretudo de assistência social, pois nesse espaço profissional, o foco é a prevenção ou acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e de risco, decorrente de violação de direitos, com perspectiva de acesso via políticas de ativação do trabalho

Nadar contra a corrente da vulnerabilidade e risco não significa negá-los, mas apreender a totalidade em que esta terminologia está inserida e compreender que o chamado de risco e vulnerabilidade é uma expressão da questão social, fruto de uma sociedade desigual e exploradora, que prevalece negando ou naturalizando a questão social.

Finalmente entender que a questão social só será resolvida em outra forma de sociabilidade, mas que a intervenção do assistente social pode contribuir na atenuação de suas expressões ou até mesmo no seu acirramento, posto que a garantia do acesso a direitos possibilita autonomia à classe trabalhadora para que esta possa intervir no

direcionamento que as políticas públicas tomam na atualidade, ou até mesmo para somar forças na construção de um novo projeto societário.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **A Reinvenção da Política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva**. In: GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich, LASH, Scott. Modernização Reflexiva. SP, UNESP, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7. ed. especial, p.15-26, 1997.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão do sistema de proteção social europeu. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, 2012.

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 96-591.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 7. ed. São Paulo, Ed. Loyola, 1993. (Parte 2: A Transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX).

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007. cap. 2.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista “Em pauta”**, n. 21, 2008. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/93/85>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. **A Nova Questão Social: Repensando o Estado** Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAPÍTULO III

APROPRIAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: APONTAMENTOS INICIAIS A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS DO FUNDO PÚBLICO ⁶

Luciana Azevedo⁷.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-03

RESUMO: O texto analisa o orçamento da assistência social brasileira entre 2001 e 2017 sob a ótica da crítica da economia política. Evidencia-se que o fundo público, constituído majoritariamente por impostos regressivos que oneram a classe trabalhadora, tem servido historicamente para retroalimentar a acumulação capitalista via pagamento de juros e amortizações da dívida pública. O estudo demonstra que, apesar de avanços legislativos, a política de assistência social permanece focalizada e subfinanciada. O cenário agrava-se com o ajuste fiscal permanente e a Emenda Constitucional 95, que prioriza a “punção” do fundo público pelo capital financeiro em detrimento dos direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Fundo Público. Assistência Social. Dívida Pública.

APPROPRIATION OF THE PUBLIC BUDGET AND SOCIAL ASSISTANCE POLICY: INITIAL NOTES FROM A CRITICAL ANALYSIS OF PUBLIC FUND DATA

ABSTRACT: The text analyzes the Brazilian social assistance budget between 2001 and 2017 through the lens of the critique of political economy. It highlights that the public fund, primarily composed of regressive taxes that burden the working class, has historically served to feed back into capitalist accumulation through the payment of interest and amortization of the public debt. The study demonstrates that, despite legislative advances, social assistance policy remains focused and underfunded. This scenario is worsened by permanent fiscal adjustment and Constitutional Amendment 95, which prioritizes the “siphoning” of the public fund by financial capital at the expense of social rights.

KEYWORDS: Public Fund. Social Assistance. Public Debt.

INTRODUÇÃO

O texto propõe-se a abordar o orçamento público pertinente à política de assistência social no período entre 2001 e 2017 analisando-o à luz da crítica da economia política. Para tanto, aborda-se a relação entre fundo público e dívida pública em Marx,

⁶ Luana de Oliveira dos Santos, Luciana Azevedo Souza Ferreira e Marina Rodrigues Corrêa dos Reis

⁷ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lucyazvdo@yahoo.com.br

Trabalho final, apresentado ao Curso de Doutorado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção da nota pertinente à disciplina de “Política Social e Serviço Social”.

evidenciando-se conceitualmente a constituição do fundo público e do orçamento, seguindo-se da análise do fundo público, com advento da reestruturação produtiva do capital e da ideologia neoliberal.

O orçamento se tornou mais transparente, com a disponibilização de dados da Controladoria Geral da União e portais como Siga Brasil, a título de exemplificação. A partir dos dados extraídos neste portal, Siga Brasil, sobre a política de Assistência Social brasileira, é que buscaremos analisar a interface entre a dimensão econômica e política. Com a seleção de distintos períodos da política em voga – 2001, 2009, 2013 e 2017 – e com o subsídio dos referenciais centrais – Marx, Oliveira, Mandel, Behring, Boschetti, Motta, Salvador – trabalhados na disciplina, busca-se analisar criticamente o fundo público a partir do recorte de estudo da política de Assistência Social brasileira.

FUNDO PÚBLICO E DÍVIDA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: ELEMENTOS PARA ANALISAR AS POLÍTICAS SOCIAIS

No que se refere à relação entre fundo público e dívida pública na formação do modo de produção capitalista, Marx aponta em “A chamada acumulação primitiva” os elementos sobre o fundo público que serão aprofundados pelo autor posteriormente no volume 3 de “O capital”. Assim, demarca a venda do Estado como a marca da era capitalista, à qual impulsionou o sistema colonial, explicitando ser a dívida pública a única parte da riqueza nacional que, de fato, é coletiva dos povos modernos. E evidencia a relação entre a dívida pública e a constituição da classe capitalista.

Nestes termos, explica ainda que a dívida pública converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva, sobretudo porque os credores do Estado nada dão na realidade, haja vista que a soma emprestada converte-se em títulos da dívida pública, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fosse dinheiro.

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação original. Como com o toque da varinha mágica, reveste o dinheiro improdutivo de poder procriador e transforma-o assim em capital, sem que, para tal, tivesse precisão de se expor às canseiras e

riscos inseparáveis da sua aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada é transformada em títulos de dívida públicos facilmente negociáveis que, nas mãos deles, continuam a funcionar totalmente como se fossem dinheiro sonante. Mas também, abstraindo da classe de pensionistas [Rentner] desocupados assim criada e da riqueza improvisada dos financeiros que fazem de mediador entre governo e nação — como também da dos arrendatários de impostos, mercadores, fabricantes privados, aos quais uma boa porção de cada empréstimo do Estado realiza o serviço de um capital caído do céu —, a dívida do Estado impulsionou as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda a espécie, a agiotagem, numa palavra: o jogo da bolsa e a moderna bancocracia (Marx, 2016, p. 876).

Isso porque, desde sua origem, os bancos não passavam de sociedades de especuladores que cooperavam com os governos e, graças aos privilégios recebidos, ficavam em condições de adiantar-lhes dinheiro. Desse modo, ao mesmo tempo em que emprestavam dinheiro ao governo eram autorizados a cunhar moedas utilizando o capital emprestado ao governo e, também, a emprestar ao público o mesmo capital sob forma de bilhetes, além de utilizar esses bilhetes para descontar letras, emprestar com garantias de mercadorias e comprar metais preciosos. Além de ainda contraírem empréstimos ao Estado nessa moeda fiduciária que fabricavam para pagar-lhe os juros da dívida. Assim, não bastava que o banco recebesse mais do que dava, ainda recebendo continuava credor eterno da nação até o último centavo adiantado.

Dessa forma o autor enfatiza que: (...) com a dívida pública nasceu um sistema internacional de crédito, que frequentemente dissimulava uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele país.” (Marx, 2016, p. 877).

Ou seja, há uma relação orgânica entre acumulação primitiva capitalista e a dívida pública constituída e retroalimentada pelo fundo público, de modo que a acumulação surge em um país, inclusive financiado pelo trabalho infantil, explorado em outro. Acrescenta ainda que os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, o qual, para saná-las, aumenta os impostos que tendem a fazer com o que o governo tome novos empréstimos, sempre que aparecem novas despesas extraordinárias. E tais impostos recaem sobre os meios de subsistência mais necessários, de modo que a tributação excessiva não é um incidente, mas um princípio.

No que se refere à relação entre fundo público e dívida pública, Marx evidencia no volume 3 de “O Capital”, mais especificamente em “As partes constitutivas do capital

bancário”, que o título da dívida pública somente existe porque ele é portador de juros. Ou seja, o credor A emprestou ao Estado 100 libras ao valor de 5% de juros, e A pode vender a B esse título porque ele é portador de juros, que o Estado pagará juros de 5% desse valor a A.

Entretanto, o recurso emprestado já não existe mais, porque o Estado já gastou para honrar alguma dívida extraordinária. O capital é fictício porque, na verdade o Estado não possui mais aquele recurso, o qual já foi consumido. Como tal título entra na esfera da circulação sendo trocado pela possibilidade de ser vendido, o título é a garantia do capital de quem o adquiriu, tornando-se capital investido, e somente por essa possibilidade é adquirido. E por mais que essas transações se multipliquem, o capital da dívida pública permanece puramente fictício.

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo o capital parece duplicar ou às vezes triplicar, entretanto, a maior parte desse capital é puramente fictícia. Todos os depósitos, com exceção do fundo de reserva, são apenas créditos contra o banco, mas nunca existem em depósitos. Pagam entre si direitos recíprocos sobre os depósitos existentes mediante compensação mútua desses créditos.

Assim, os elementos da crise estão indicados no fato de que num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa no crédito, quando este subitamente cessa, sobrevém uma crise. E à primeira vista apresenta-se como crise de crédito e monetária, mas essas letras representam compras e venda reais, à qual está na base de toda a crise. Entretanto, juntamente há também letras que representam negócios meramente fraudulentos. Na crise, o capital-mercadoria, em sua qualidade de capital monetário está contraído, representa menos capital monetário que quando foi comprado.

A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição do consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta do consumo da sociedade constituísse seu limite (Marx, 1985, p. 24).

Atualizando tais questões, Behring, nos termos de Mészáros, aponta que vivemos um panorama de crise estrutural do capital o que leva o Estado brasileiro, em sua particularidade a vivenciar um contexto de ajuste fiscal permanente, em que o Estado não é somente parceiro do capital, mas tem o seu orçamento, que deveria ser direcionado às

políticas sociais, dentre elas a de assistência social, sendo cada vez mais punctionado pela classe capitalista.

ANÁLISE DO FUNDO PÚBLICO A PARTIR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Oliveira, por sua vez, irá demarcar o papel central que o fundo público passa a desempenhar na dinâmica capitalista no marco do *Welfare State*, uma vez que passa a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital. Especifica que, na conjuntura de crise do Estado de Bem-estar Social, esta passa a ser justificada pela expansão dos gastos sociais que financiam a reprodução da força de trabalho e priorizaram um amplo espectro da classe trabalhadora, em detrimento da presença do fundo público na estruturação de reprodução do capital (Oliveira, 1998).

Nessa perspectiva, Mandel desenvolve a crítica à social-democracia e à corrente marxista alinhada à compreensão de que a ação do estado sobre o excedente garantiria um equilíbrio do sistema capitalista, diante da dificuldade crescente deste em operar a valorização do capital. Assim ao refletir sobre a função econômica desempenhada pelo estado no capitalismo tardio, aponta que,

Há uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas de um número constantemente crescente de processos produtivos. Portanto há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às “condições gerais de produção” que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho (Mandel, 1982, p. 339).

Entretanto, o autor destaca que, diante da característica do capitalismo tardio, qual seja, a sua suscetibilidade a crescentes crises políticas e econômicas, a referida função cumprida pelo Estado, de “garantir as condições gerais de produção” é tão vital quanto à “administração das crises”:

Economicamente falando, essa ‘administração das crises’ inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas (...). Socialmente falando, ela envolve esforço

permanente para impedir a crise cada vez mais grave nas relações de produção capitalista por meio de um ataque sistemático à consciência de classe do proletariado (Mandel, 1982, p. 340-341).

E numa perspectiva mais crítica, o autor reforça que o Estado acaba por integrar ideologicamente o trabalhador transformando qualquer rebelião em reformas, razão pela qual a hipertrofia do Estado, assim como a sua autonomia crescente são características que este assume no capitalismo tardio diante de dificuldade de valorizar capital e realizar mais-valia. Assim, pelo âmbito econômico, as políticas anticíclicas, aceleradas e universalizadas avançam na crescente participação no salário indireto do salário total, elemento central de reprodução da força de trabalho.

Nesse sentido, a partir da apreensão do condicionamento da política social à política econômica adotada pelo Estado, é que Behring (2012, p. 177) aponta que, a política social se constitui em mecanismo em que é alocada parcela significativa do fundo público, “participa do processo de rotação do capital e, portanto, do circuito do valor”.

Por meio da política social o Estado realiza compras, contrata força de trabalho, pagando seus salários, transfere renda e até contrai dívidas em seu nome, a exemplo de empréstimos internacionais brasileiros que são contraídos para objetivos específicos da política social e que aparecem nas contas das políticas sociais brasileiras. A política social, inclusive, transfere recursos para os bancos para gestão dos programas de transferência de renda (Silva, 2010 e 2012 apud Behring, 2012, p. 177-178).

Ao desvendar o “neoconservadorismo nas políticas sociais” Behring aponta que na conjuntura do ajuste fiscal previsto nos documentos dos organismos internacionais, tem-se a alternância do “debate da pobreza da questão social para a pobreza como ausência de capacidades individuais para assegurar a vida” (Behring, 2010, p. 157). Quadro em que a assistência social é,

(...) fortemente tensionada pelas estratégias de extração de superlucros, tais como: a flexibilização das relações de trabalho e diminuição dos encargos sociais; a disputa pelo fundo público, tendo em vista fortalecê-lo como pressuposto geral do capital, em detrimento do trabalho; da supercapitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, à exemplo da previdência social e da saúde; o desprezo para com o pacto social entre trabalho e capital monopolista dos anos de hegemonia socialdemocrata; e o fomento midiático cotidiano de um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista, que invoca o cidadão consumidor (Mota, 1995) – com capacidade de auferir renda e consumir – em detrimento do cidadão de

direitos. Nesse contexto, a tendência é de redução de direitos e limitação das possibilidades preventivas e redistributivas das políticas sociais, colocando em curso o trinômio do neoliberalismo – privatização, focalização e descentralização (Behring, 2010, p. 157).

Isso porque a política de assistência social, embora sofra mudanças significativas no seu desenho e concepção no período constituído entre os anos de 2001 e 2017, assume uma centralidade que, todavia, obedece a uma lógica do que Mota (2014) chama de cidadão consumidor, permeado da cultura da crise que marca o conjunto das ações do estado brasileiro no que se refere às políticas sociais.

No que se refere ao orçamento da política de Assistência Social, nos anos de 2001 e 2009, conforme dados do SIGA Brasil, evidencia-se que no ano de 2001 é onde se apresenta o menor investimento do orçamento público em comparação aos outros períodos analisados. Em 2009 há um aumento do investimento que pode ter relação com o avanço das legislações e o plano de governo vigente neste período. Mesmo assim, esse investimento é sempre inferior ao gasto com juros e encargos da dívida pública.

Na representação do PIB esse valor representou 0,42% do pago e 0,38% do autorizado, ou seja, um número quase que insignificante. Esses números expressam o grau de importância da política de Assistência Social neste período, em que as poucas legislações vigentes demonstram um lugar secundário dessa política no que se refere ao aspecto normativo em termos de direitos sociais.

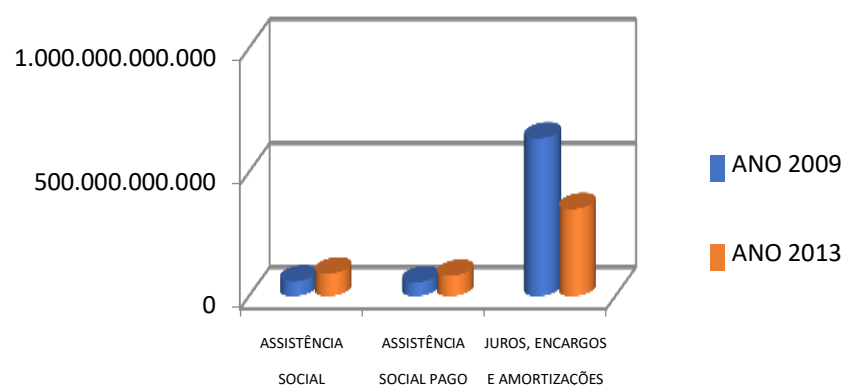
Isso porque embora tenha avanços significativos na política de Assistência Social entre 2001 e 2009, ainda explicitam-se limites de efetivação, haja vista que em 2001, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, já era reconhecida como política pública, mas, não havia um grande interesse em regulamentá-la. Desse modo, embora houvesse um avanço legal em relação à Constituição Federal de 1988, considerando a existência da Lei Orgânica da Assistência Social, suas ações ainda eram centradas em programas de transferência de renda tais como, Bolsa Escola (2001), Cadastro Único do Governo Federal (2001) e, em 2002, com a criação do auxílio gás.

Já entre os anos de 2009 e 2013 há uma ampliação da tendência de uma preeminência de programas de transferência de renda em detrimento da ampliação dos serviços socioassistenciais, fato que compromete uma integração do recém-criado

Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no que tange à garantia do acesso por todos aqueles que dele necessitarem, para além da condição da pobreza extrema.

Para além da resposta estatal em “programas focalizados de combate à pobreza”, frente à lacuna na atuação estatal, as inúmeras expressões da questão social tornam-se objeto de ações filantrópicas, de benemerência, e de mercantilização dos serviços sociais. Assim, a redistribuição de renda, na qual se pauta a política de Assistência Social, remete à funcionalidade dessa norma à ordem vigente, uma medida paliativa, que se enquadra enquanto necessidade da classe operária e que demarca um estágio tal do capitalismo financeiro, em que um programa de transferência de renda se torna uma medida administrativa eficiente (*cash* em espécie para aquecer a economia).

Na conjuntura de ajuste fiscal, as ações minimalistas no âmbito da assistência social, se contrapõe ao montante de recursos dispendidos para retroalimentar o capitalismo financeiro, como exposto no gráfico abaixo:

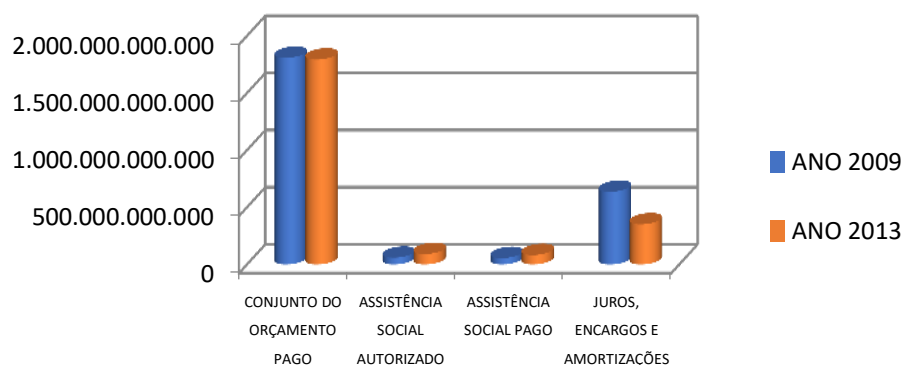


Autorizado da dívida assistência X juros, encargos e amortizações da dívida (2009-2013)
Fonte: SIGA BRASIL, 2018)

A interface do âmbito econômico e da esfera política se materializa na política em análise. A lei é maleável aos interesses políticos, uma vez que parte considerável do orçamento dessa política é definida por meio de emendas parlamentares. Para além da inexistência de um piso mínimo de repasse para a Assistência Social e de “recomendações” legais referentes à questão do financiamento.

Tais dimensões se efetivam como expressão ativa da luta de classes vigente, em que o fundo público se coloca como campo de disputa, assim como esfera que reproduz

os interesses da classe dominante. Conforme se constata no gráfico abaixo, em que parcela agigantada do orçamento é destinada ao pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida concomitantemente ao destino de restrita parte do orçamento para a política de assistência social em relação ao conjunto do orçamento público.



Orçamento X assistência x juros, encargos e amortizações da dívida (2009-2013). Fonte: SIGA BRASIL, 2018)

Cabe ressaltar que Behring enfatiza vivermos, desde as últimas três décadas, num contexto de expropriações, nos termos de Fontes, e panorama de ajuste fiscal permanente:

No contexto da financeirização do capitalismo, da hegemonia do capital portador de juros com apoio dos Estados nacionais, e de crise estrutural desse modo de produção e reprodução social, a dívida pública se torna um mecanismo fundamental de punção da riqueza socialmente produzida, engendrando também a expropriação de direitos, por meio da captura, da punção do fundo público. Trata-se de uma dinâmica que envolve todos os trabalhadores ao sul e ao norte da Linha do Equador, mediada evidentemente pelas especificidades e pela correlação de forças entre as classes e seus segmentos em cada espaço nacional (Behring, 2017, p. 10).

Mota (2014), por sua vez, explica que pela mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas ao tempo em que assegurou as exigências da classe dominante. E no que se refere ao apassivamento das classes subalterna, esta cita Braga (2010) para indicar que a hegemonia produzida pela revolução passiva conseguiu desmobilizar a os movimentos sociais e integrá-los à gestão burocrática do aparato do estado em nome de bandeiras históricas desses movimentos.

Nessas condições têm-se um superdimensionamento da política de assistência social no âmbito da seguridade social subjacente ao novo movimento constitutivo da hegemonia das classes dominantes, em que nos termos de Coutinho (2010, p. 29) citados por Mota (2012, p. 36) as demandas dos “de baixo” são atendidas no âmbito da “pequena política”, numa tentativa de conciliação entre a pauta desenvolvimentista e as diretrizes do receituário neoliberal. Assim, no entendimento dos autores, as políticas sociais sofrem poucas alterações nas suas diretrizes ao se comparar os três governos sob direção do referido Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, a partir de 2016 uma nova rodada de tentativa de superação das crises do capital e retomada da queda da taxa de lucros explicita-se no Brasil com recomposições mediadas pelo Estado. Assim tem-se o avanço do conservadorismo e recomposição da hegemonia burguesa neoliberal em sua versão mais clássica, expressa pelo golpe nas instâncias democráticas demarcadas legalmente pela Constituição de 1988, com reordenamento do estado mínimo, cada vez mais focalizado para a classe trabalhadora e máximo para o capital. Tal rodada é apontada por Motta (2016) como o fim de “um ciclo de conciliações e consensos”, que caracterizou a hegemonia neodesenvolvimentista dos últimos treze anos.

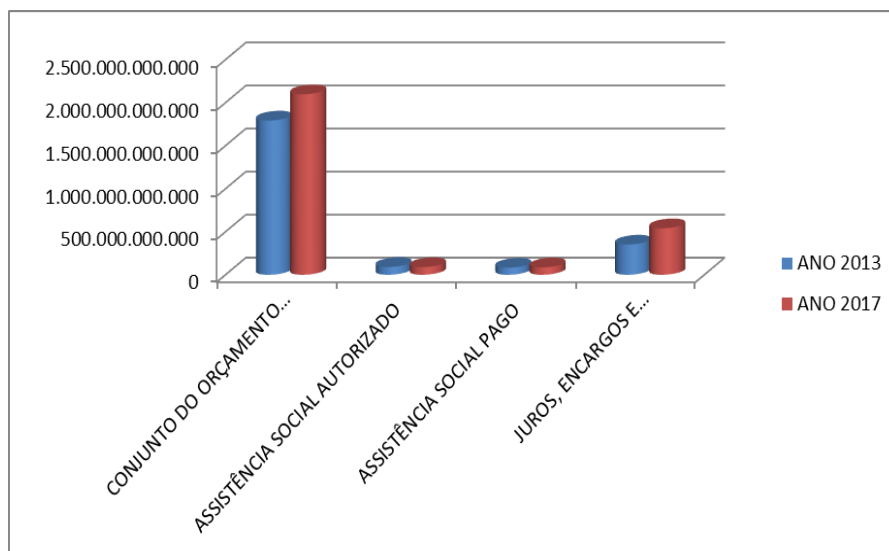
Já Demier (2017), indica que houve um esgotamento da cidadania pelo consumo, o que levou às jornadas de junho e culminou no golpe sustentado no que ele chama de democracia blindada. Assim, o autor especifica que o partido dos trabalhadores foi visto como incapaz de, num contexto de crise econômica, realizar as reformas, no grau, no ritmo e na intensidade que o conjunto da burguesia brasileira exigia. Para esta o referido partido não poderia em função de dois motivos: detinha uma base popular muito grande e por outro lado, junho de 2013 demonstrou que o mesmo partido pouco tinha de influência política sobre a parcela mais jovem da classe trabalhadora e mais precária, obstáculos à necessidade de seu apassivamento, de modo que tais elementos o tornaram disfuncional à burguesia.

Entretanto, o autor considera que o conjunto e aparato institucional brasileiro permite, mesmo em um contexto democrático, a operacionalização de um novo golpe, possibilidade que Demier vai atribuir ao fato de o Brasil possuir uma democracia liberal

blindada como característica, considerando que conseguiu remover do poder uma Presidenta eleita pelo sufrágio universal, sem necessitar mudar o regime político.

Behring (2018) vai indicar a constituição de um novo regimento fiscal, aprofundando os impactos dos instrumentos anteriores aprofundados através da Emenda 95, à qual define o teto de gastos para os próximos vinte anos, além de ruptura do padrão anterior no que se refere à política de assistência social, com retorno do primeiro damismo e de iniciativas fisiológicas e seletivas. Além de uma inflexão negativa haja vista a interrupção da trajetória de crescimento, que passa a ser vegetativo nos recursos, com contenção e direção determinada dos gastos públicos, impulsionadas por forte neoliberalismo.

Entretanto, além do crescimento vegetativo, comparando-se o orçamento da assistência entre os anos de 2013 e 2017, verifica-se a inflexão após o golpe, com prioridade à punção do fundo público sendo destinado ao pagamento de juros em encargos da dívida, conforme segue:



Orçamento X Assistência X Juros, Encargos E Amortizações (2013-2017) Fonte: SIGA BRASIL, 2018)

Ademais, a arrecadação do Fundo Público é feita por meio de uma alta carga tributária em cima do consumo e uma pequena sobre a renda. O que acaba por impactar os mais pobres, que são os que financiam efetivamente o Fundo Público e, em contrapartida, os que menos usufruem dele por consequência da apropriação privada do Fundo Público.

Estudo realizado com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, de 1996, revela que, no Brasil, quem ganha até dois salários-mínimos gasta 26% de sua renda no pagamento de tributos indiretos, enquanto o peso da carga tributária para as famílias com renda superior a trinta salários-mínimos corresponde apenas a 7% (Vianna et al., 2001). Com base nos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE de 2002-03, estima-se que as famílias com renda de até dois salários-mínimos arcam com uma carga tributária indireta de 46% da renda familiar, enquanto aquelas com renda superior a 30 salários-mínimos gastam 16% da renda em tributos indiretos (Zockun, 2005). O resultado é uma carga tributária regressiva, o que significa que o Estado brasileiro é financiado, em grande parte, pelas classes de menor poder aquisitivo e pelos trabalhadores, com a população de baixa renda suportando uma elevada tributação indireta. Pochmann (2008) também destaca, com base nos dados da POF do IBGE 2002-03, que o décimo mais pobre da população sofre uma carga total equivalente a 32,8% da sua renda, enquanto o décimo mais rico, apenas 22,7% (Salvador, 2010, p. 620).

Assim, a disputa pelo Fundo Público representa um espaço de luta social que envolve interesses sociais distintos. Interesses que envolvem as garantias de direitos dos/as trabalhadores/as em oposição aos interesses de acumulação do capital. O Fundo Público passa a ser alvo de interesse dos capitalistas e do próprio Estado burguês ao se mostrar um grande instrumento de manutenção do sistema capitalista por intermédio de investimentos financeiros desviados da Seguridade Social. O Estado passa a ser um grande financiador do setor privado ao investir e socorrer os bancos, dar subsídios e incentivos fiscais às empresas e, além disso, destinar grande parte de sua arrecadação ao pagamento da dívida pública, mostrando a prioridade do Estado na execução dos recursos do Fundo Público, deixando de cumprir seu principal papel, o investimento em Políticas Sociais, especialmente naquelas que integram a Seguridade Social. Nesse sentido, o papel proposto ao Estado pelo neoliberalismo explica o destino do Fundo Público ao mercado, ao ser utilizado como grande financiador de empresas privadas, principalmente em tempos de crise e ao pagamento da dívida pública.

No lado dos gastos, a prioridade do fundo público tem sido o pagamento de juros e a amortização. As despesas financeiras que representavam 26,86% dos orçamentos da seguridade social e fiscal em 2004, sobem para 30,77% em 2007 (Tabela 1). Os valores pagos com juros e amortização da dívida nos quatro anos de execução do PPA 2004-07 são duas vezes superiores ao montante do gasto da União com assistência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, habitação, saneamento, gestão ambiental, organização agrária, desportos e lazer (Salvador, 2010, p. 620).

O exemplo mais concreto que mostra essa realidade é a criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Mecanismo criado como uma manobra para usufruir do Fundo Público, permite que o Estado use 30% dos recursos deste Fundo para qualquer despesa que o Estado considere necessária e prioritária, como a criação do superávit primário para o pagamento dos juros da dívida. Este mecanismo tem sido desastroso para as Políticas Sociais, pois permite a transferência de recursos destinados ao seu financiamento para atender aos interesses do capital.

O “Relatório resumido da execução orçamentária do governo federal e outros demonstrativos” divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com dados de 2009, revela que a DRU desviou do Orçamento da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal o montante de R\$ 39,2 bilhões. Já foram surrupiados desde 2000 mais de R\$ 300 bilhões da seguridade social (Salvador, 2010, p. 662).

O poder do Estado passa a ser disputado diretamente por representantes do grande capital, na perspectiva de transformá-lo em instância de poder econômico e político estratégico de acumulação do capital. Isso ocorre quando o Estado passa a subsidiar interesses do mercado e de empresas privadas, com investimento público; quando deixa de cobrar impostos, ao dar incentivos fiscais e, principalmente, quando dá suporte às mudanças operadas pelo capitalismo na organização da produção. O Estado como principal incentivador do capital, interfere diretamente no caráter das políticas sociais que, ao investir verba pública em interesses privados, precariza, sucateia e fere o caráter de universalidade da Seguridade Social. Os serviços prestados no âmbito das Políticas Sociais assumem caráter de seletividade e de focalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assistência social se consolida de forma precarizada e focalizada. Embora represente uma conquista social, uma vez que responde as demandas imediatas de uma parcela da população, não tem a potencialidade de alterar substancialmente as condições materiais de existência do público atendido por esta política. Ainda mais quando se pensa a tendência de redução da Assistência Social a política de transferência de renda sem a articulação com os demais serviços. Como qualquer política pública a Assistência Social é financiada pelo fundo público, o que torna esse debate ainda mais

complexo ao reconhecer a função do fundo público assumida na sociedade capitalista e no modelo neoliberal.

O Fundo Público é um instrumento de arrecadação que deveria financiar os gastos e investimentos em políticas públicas pelo Estado, envolve a capacidade do Estado de mobilizar recursos financeiros. No entanto, no contexto do projeto neoliberal, o Fundo Público não ficou restrito ao financiamento das Políticas Sociais Públicas.

Acrescendo-se a prioridade ao pagamento da dívida, somadas à contenção dos gastos públicos mediante a emenda 95/2017, às análises de Behring (2018) que dão conta da nossa carga tributária ser regressiva, verificasse o capital avançando tanto sobre o trabalho excedente, o qual naturalmente já é expropriado via mais valia, com a novidade da apropriação do trabalho necessário, o qual deveria manter a cesta de sobrevivência da classe trabalhadora. Tais elementos corroboram a concepção de Fontes (2010) a respeito das expropriações operadas pelo capital à classe trabalhadora, que não são características apenas da acumulação primitiva, mas prosseguem atualizando-se sob novas formas tanto no campo quanto na cidade.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. IN: BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. **Trabalho e Seguridade Social – percursos e dilemas**. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Rotação do Capital e Crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social**. In: SALVADOR, Evilásio, BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine e GRANEMAN, Sara (Orgs.) **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **A Dívida e o calvário do Fundo Público**. In. Dossiê: Dívida Pública. Revista Advir / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017).
- BEHRING, Elaine Rossetti. Exposição plenária “Proteção social, financiamento e o trabalho do/a assistente social”. In. **2º Seminário Nacional Sobre Trabalho Do/A Assistente Social Na Política De Assistência Social**. Fortaleza, 2018.
- BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. Brasília: GESST/SER/UnB, 2001. (2. ed. rev. ampl. 2003)
- DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe – a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social no tempo do capital fetiche**. Tese apresentada à Faculdade de Serviço Social da UERJ para concurso de professora titular. Rio de Janeiro, fev. 2005.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. SP, Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. Partes Constitutivas do Capital Bancário (páginas 9 a 30); A Fórmula Trinitária (páginas 269 a 280), **O Capital, Volume III, Tomo 2**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl A chamada acumulação primitiva. **O Capital**: livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b. v. 2.

MOTA, Ana Elisabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio ético-político ao Serviço Social Brasileiro. In: _____. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elisabete. Exposição na conferência de abertura “80 anos do Serviço Social no Brasil”. In.: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Olinda, 2016.

OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CAPÍTULO IV

POLIVALÊNCIA, ASSÉDIO MORAL E ADOECIMENTO: CONSTRANGIMENTOS AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Luciana Azevedo⁸.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-04

RESUMO: O texto analisa as determinações que impactam o trabalho dos assistentes sociais na gestão do SUAS (CRAS e CREAS) no contexto da contrarreforma do Estado e da reestruturação produtiva. Fundamentado em Marx, Braverman e Antunes, o autor discute a “exteriorização da produção”, onde funções antes familiares ou fabris são convertidas em serviços mercadificados ou políticas sociais geridas sob a lógica toyotista. Evidencia-se que a gestão por metas e a precarização dos vínculos geram sobrecarga, adoecimento e a transferência indevida de atribuições do sistema de justiça para a assistência social, descaracterizando o trabalho profissional e aprofundando a precarização do setor público.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão do SUAS. Precarização do Trabalho. Assistência Social.

**VERSATILITY, MORAL HARASSMENT, AND ILLNESS: CONSTRAINTS ON
THE WORK OF SOCIAL WORKERS IN THE MANAGEMENT OF SOCIAL
ASSISTANCE POLICY**

ABSTRACT: This text analyzes the factors impacting the work of social workers in the management of the Unified Social Assistance System (SUAS) — specifically within CRAS and CREAS units — in the context of State counter-reform and productive restructuring. Based on the theories of Marx, Braverman, and Antunes, the author discusses the “outsourcing of production,” where functions formerly related to the family or the factory are converted into commodified services or social policies managed under a Toyotist logic. It is evident that management by targets and the precarization of labor ties lead to overwork, illness, and the undue transfer of duties from the justice system to social assistance, distorting professional work and deepening the precarization of the public sector.

KEYWORDS: SUAS Management. Precarization of Labor. Social Assistance.

INTRODUÇÃO

O presente texto trata de reflexões secundárias sobre os resultados da pesquisa de doutorado. Assim, aborda as determinações que atingem o trabalho dos Assistentes

⁸ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lucyazvdo@yahoo.com.br

Trabalho final, apresentado ao Curso de Doutorado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção da nota pertinente à disciplina de “Política Social e Serviço Social”.

Sociais na Gestão da Política de Assistência Social nas unidades CRAS e CREAS, no contexto da contrarreforma do Estado, especialmente no que tange à transferência de atribuições aos profissionais atuantes na Política de Assistência Social, que deveriam ser exercidas por profissionais de outras políticas públicas e do sistema de justiça.

Como especialização do trabalho coletivo que atualmente se expressa na pesquisa, intervenção profissional, docência e gestão de políticas públicas, a profissão dos Assistentes Sociais apresenta envergadura e consolidação no Brasil tal, que foi uma das profissões mais requisitadas na implementação da Política Nacional de Assistência Social mediante a estruturação do Sistema Único de Assistência Social brasileiro.

Todavia, assim como o conjunto das demais especializações do trabalho coletivo, seu exercício profissional na gestão da política de assistência social é permeado pelos constrangimentos pertinentes às profissões investidas em cargos de gestão, decorrentes, por sua vez, das transformações do mundo do trabalho, especialmente reestruturação produtiva e contrarreforma do Estado brasileiro.

O TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO EXPRESSÃO DA EXTERIORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FABRIL

A política de assistência social caracteriza-se pelo atendimento e acompanhamento voltado aos extratos da classe trabalhadora que vivenciam, de forma mais profunda, os desdobramentos da desigualdade social. Assim, oferta serviços àqueles que vivenciam a ausência de renda mínima pra sobrevivência, violências de várias formas, às quais o marco legal dessa política relaciona à vulnerabilidade social e vínculos familiares rompidos, que, na perspectiva aqui tratada, relaciona-se ao pouco ou nenhum acesso ao conjunto das demais políticas públicas que conformam a proteção social, agravadas pelo precário exercício da cidadania, marca da formação social brasileira, mediante as decisões pelo alto, assim como relação de mando e favor.

Analisando-se a origem do setor de serviços, no bojo da produção ampliada do capital, remete-se a Braverman (1987), o qual afirma ser na fase monopolista, articulado à cooperação, que essa dinâmica vai desembocar no setor de serviços mediante a exteriorização da produção, quando a cooperação atinge as especializações do trabalho coletivo, de nível superior. Isso porque Marx (2013a) aponta esse processo até a maquinaria, mas não chega ao computador, processo

que Braverman (1987) vai indicar como externalização do processo produtivo que é compartimentalizado.

Como na oficina, o andamento do trabalho ditado pela máquina vai cada vez mais se impondo ao chefe do escritório como uma arma de controle. A redução da informação do escritório a “unidades” padronizadas e seu processamento, pelos sistemas computadorizados, bem como por outros equipamentos, dão à gerência um quadro automático da dimensão do volume do trabalho feito por operador, seção ou divisão (Braverman, 1987, p. 282).

Portanto, ao problematizar o setor de serviços, considera-se a visão do autor, segundo o qual é uma externalização de fases da produção que antes era realizada nas indústrias. Essa expansão dos serviços se dá, também, pela expansão da mercadoria que demanda serviços de apoio e manutenção. O autor contesta ainda a ideia de setor de serviços como mais qualificado e remunerado e evidencia um aprofundamento da proletarianização na área de serviços, degradação do trabalho que ele enfatiza com compartimentalização, alienação, tendo em vista o menor domínio do processo de trabalho, com subsunção real sobre o estágio mais avançado da maquinaria.

Braverman (1987) demarca que, no princípio, o escritório era o local do trabalho mental enquanto a oficina era o local do trabalho manual, mudança ocorrida depois de Taylor, que com a gerência científica, deixou o escritório cada vez mais racionalizado, com concepção restrito a um grupo reduzido, de modo que o escritório passou a ser um lugar do trabalho manual. Assim, trabalhos pertinentes à organização e gerência do processo de trabalho foram cada vez mais compartimentalizados, migrando como setor de serviços, que se tornam verdadeiros galpões. Isso só é possível tanto para Braverman (1987) quanto para Mandel (1985), na era dos monopólios.

Cabe ressaltar os elementos que Braverman (1987) nos aponta os quais permitem pensar as políticas sociais, como a de assistência social, a interferir na dinâmica interna das famílias da classe trabalhadora, tendo em vista que, de unidade produtora, são transformadas pelo capital em unidades consumidoras.

Por conseguinte, vem acontecer que enquanto a população é comprimida cada vez mais apertadamente, junto com o ambiente urbano, a atomização da vida social continua aceleradamente [...] Assim, quanto mais a vida social se transforma em uma densa e compacta rede de atividades interligadas nas quais as pessoas são totalmente independentes, tanto mais atomizadas elas se tornam, e mais seus contatos com outros as separam em vez de torná-las mais próximas. Isto é verdade por razões afins, quanto à vida familiar. Além de suas funções biológicas, a família serviu como uma instituição chave

da vida social, da produção e do consumo. Dessas três, o capitalismo deixa apenas a última, e isso em forma atenuada, visto que mesmo como unidade consumidora a família tende a romper-se em partes componentes que efetuam o conjunto separadamente (Braverman, 1987, p. 235-236).

Nesse sentido, todas as dimensões da sociabilidade e do preenchimento do tempo ocioso, incluindo o trabalho doméstico, assim como as atividades e dimensões relacionadas à cultura e ao esporte, são incorporadas pelo capital na forma de serviços, ou seja, destinadas ao consumo daqueles aptos a adquiri-los. Por conseguinte, diante da ruína das habilidades da família em cuidar dos seus e de sua comunidade, o capital aciona o Estado através de políticas sociais, como a de assistência social em sua dimensão de prevenção ou institucionalização, cujas especializações são convocadas a intervir, dentre elas, a do Psicólogo, Advogado, Pedagogo e Assistente Social. Entre outros objetivos, tal intervenção contribui para que o capital logre êxito em sua necessidade de construir a sociabilidade apta ao referente estágio da acumulação. E, sobre tal, quando executado por força de trabalho remunerada, sem a mediação direta do Estado, assim se expressa:

Os bens e serviços produzidos pelo trabalho não pago no lar não são absolutamente computados, mas quando os mesmos bens e serviços são produzidos por trabalho fora do lar, entram nas estatísticas [...] o trabalho da dona-de-casa, embora tenha o mesmo efeito material ou de serviço que o da camareira, da garçonete, faxineira, porteira ou lavadeira, está fora do alcance do capital; mas quando ela assume uma dessas funções fora de casa, torna-se um trabalhador produtivo. O trabalho dele agora enriquece o capital e assim merece um lugar no produto nacional (Braverman, 1987, p. 240).

Nessa perspectiva, Braverman (1987) retoma Marx, no capítulo XIII, intitulado “Mercado Universal” para articular o serviço à mercadoria, demarcando que o serviço é “o efeito útil de um valor de uso, seja ele mercadoria ou trabalho. O trabalhador empregado na produção de bens presta um serviço ao capitalista, e é como resultado desse serviço que toma forma um objeto tangível e vendável como mercadoria” (Braverman, 1987, p. 302). Por conseguinte, aponta que quando o trabalhador não o oferece diretamente ao usuário, de modo que seu efeito útil é vendido ao capitalista, tem-se o modo de produção capitalista no setor de serviços. E arremata que o que importa não é se o produto é uma mercadoria palpável ou em forma de serviço, e sim se foi obtido nas redes de relações sociais capitalistas, nas quais o trabalhador foi transformado em homem pago, e a resultante do seu trabalho foi transformada em trabalho produtivo, qual seja, aquele que produziu lucro ao capital.

Nessa mesma direção, cabe ressaltar ainda o que Marx aponta no capítulo XIV do Livro 1 de *O Capital* (Mais-valia Absoluta e Mais-valia relativa), ao diferenciar o trabalho produtivo

do improdutivo, e que nos apresenta elementos para analisar a externalização da produção indicada por Braverman (1987). Diferente do pressuposto de que o mais-valor somente se produziria na fase do processo produtivo de mercadorias que impliquem diretamente o intercâmbio metabólico do homem com a natureza, o autor evidencia:

Para trabalhar produtivamente, não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma de suas funções fracionárias. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros individualmente considerados (Marx, 2013b, p. 585).

Assim, ainda que se esteja abordando o trabalho na política de assistência social, portanto não diretamente produtivo porque se realiza pela mediação do Estado, entende-se que ele contribui para a produção ampliada porque lida com a reprodução da força de trabalho, fundamental para garantir as condições da produção capitalista, seja contribuindo para sobrevivência da classe trabalhadora, seja de seus sobrantes.

Retomando tal discussão, Antunes (2018) em *O Privilégio da Servidão* destaca que se tem hoje uma contratendência à ideia de que se caminharia para o fim da sociedade do trabalho, ou fim da sociedade do trabalho vivo. Desse modo, diferente de se caminhar para o fim do proletariado industrial, herdeiro da era fordista e taylorista, o que se vivencia é uma forte expansão do trabalho no setor de serviços e também na agroindústria e indústria de forma variada nos diversos países do Sul, especialmente China, Coreia, Brasil, México, África do Sul, dentre outros. E, a título de exemplo, o autor especifica a franca expansão da terceirização das fábricas da Apple na China, com altas taxas de suicídio, e dos trabalhadores que dormem em cápsulas ou em cibercafés no Japão, os quais, segundo Antunes (2018), são nominados por Ursula Huws de cibertariados ou infoproletários ou intermitentes globais. Sobre isso reforça:

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental *do novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponencial do proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI (Antunes, 2018, p. 30, grifo do autor).

O autor aponta, então, a longa transformação do trabalho para a atual financeirização e mundialização em nível global, com tendência à precarização e informalidade, paralelamente à intelectualização do trabalho mediante as TICs, no qual o capital incorpora novas formas de extração do trabalho excedente, ocasionando a expulsão da produção de um expressivo número de trabalhadores jovens, em sua maioria ultraqualificados. Combina-se tal processo à terceirização como modalidade centralizada de gestão, onde as relações entre capital e trabalho são disfarçadas como relações entre empresas, proporcionando um incremento da extração do mais-valor, sobretudo quando nos processos de privatização de empresas públicas.

Sobre esse aspecto, Antunes (2018) aponta que, diferente da tese da perda da vigência da Lei do valor, vivencia-se hoje um processo multiforme de capitalismo no qual se sobressai o novo proletariado de serviços na era digital, onde informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade jogam, na verdade, a favor da preservação e ampliação da referida Lei do valor. Isso ocorre mediante a expansão da terceirização, em que o capital se valoriza através da interação entre trabalho vivo e morto, especialmente do maquinário tecnológico-científico-informacional, que contribui para intensificar os mecanismos de extração do sobretrabalho, mediante as tecnologias de informação. Nessa direção, aponta como exemplo os trabalhadores das mais diversas categorias do setor de serviços, com contrato de zero hora, os quais ficam à disposição, mas recebem somente pelo tempo em que desempenham efetivamente o serviço acionado.

Combinam-se, portanto, disponibilidade perpétua e precariedade total, onde os últimos oscilam entre o desemprego completo e o privilégio da servidão. Nessa escala coaduna um grupo minoritário de trabalhadores no topo dos assalariados e uma massa de “empreendedores” “proletários-de-si-mesmo” ou “burgueses-de-si-próprio”, num processo em que a uberização do trabalho, bem como o trabalho pago com *voucher*, na Itália, em 2017, foram também precedentes para o florescimento e ampliação do que ficou conhecido como precariado, movimento de trabalhadores que não encontraram acolhida no espaço sindical tradicional, dadas suas relações de trabalho singulares.

Já no Brasil, o proletariado nasceu impregnado de precariedade, haja vista que nasceu a partir da abolição do trabalho escravo, “de modo que sua precarização não é a exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem” (Antunes, 2018, p. 61, grifo nosso). Em sequência, o autor aponta que, como no Sul não nasceu nenhuma aristocracia operária, o proletariado brasileiro sempre se confundiu com a condição de precariedade, enquanto no Norte, na gênese do movimento operário constituiu-se uma forte aristocracia operária com um proletariado sólido, herdeiro do Taylorismo, do Fordismo e do *Welfare State*.

No que tange ao setor de serviços ser produtivo ou não, discussão apontada até aqui a partir de Braverman (1987) e Antunes (2018) indicam que sim, ambos ancorados em Marx (2013b).

Nessa perspectiva, segundo Antunes (2018), embora Marx verifique que o trabalho produtivo não se conforma ao comércio, a premissa não é a mesma quando se trata do setor de serviços onde se organiza a indústria de transportes, no qual o autor verificou ser capaz de criar mais-valor. Nesse sentido, Antunes assevera que a expressiva expansão dos serviços e sua mercadorização exige um entendimento de qual é o papel dos serviços na acumulação do capital. Isso porque, segundo ele, estamos vivenciando o advento de novas formas de extração de mais-valor nas esferas da produção não material ou imaterial no espaço dos serviços, que foram privatizados durante o neoliberalismo. Pois, ao seu ver, a principal transformação da empresa flexível foi a imbricação progressiva entre “trabalho, ciência, imaterialidade, e materialidade, trabalho produtivo e improdutivo.

Antunes (2018) indica que Marx percebeu precocemente a tendência de ampliação das atividades produtivas imateriais, exponencialmente desenvolvida hoje, ainda que indique como prevalente a produção material decorrente da interação do labor com o maquinário informacional-digital. Nesse sentido, a hipótese de Antunes (2018, p. 47) é de que

[...] estamos presenciando em escala global o crescimento de novas formas de realização da lei do valor, configurando mecanismos complexos de extração do mais-valor, *tanto nas esferas da produção material quanto nas atividades imateriais*, estas também crescentemente constitutivas das cadeias globais de produção de valor. E, mais, mesmo não sendo o elemento dominante, é necessário reconhecer que o *trabalho imaterial* vem assumindo papel de relevo na conformação do valor, não só por ser parte da articulação relacional entre distintas modalidades de *trabalho vivo* em interação com *trabalho morto* como também por partícipe do processo de valorização, ao reduzir o *tempo de circulação do capital* e, por consequência, também seu *tempo total de rotação* (grifo nosso).

Sobre o assunto em pauta, o autor reforça que o setor de serviços está cada vez mais controlado pela lógica capitalista e seu processo de mercadorização, o que o torna cada vez mais partícipe da lógica produtiva de valor, tendo em vista as intersecções entre indústria, agroindústria e os serviços. Evento este que ocorre a partir da reestruturação produtiva da década de 1970, cujo aparato tecnológico-informacional digital converteu tal reestruturação produtiva em um processo permanente, desembocando na atual etapa da indústria 4.0.

Retomando-se Iamamoto, que trata do setor de serviços, ao abordar o trabalho do Assistente Social, a autora demarca que é um trabalhador pois, no conjunto da produção ampliada do capital, sua profissão soma-se às demais profissões que, embora não atuem diretamente na produção de mercadorias, contribuem para a geração de mais-valor ao viabilizarem as condições de reprodução da força de trabalho, minimizando os atenuantes do processo de produção de mais valor. Isso se justifica devido à profissão ter emergido no quadro de passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, concomitantemente a várias outras profissões que não possuem uma relação direta com a natureza, mas que contribuem para a geração de mais-valia. Disso depreende-se que o trabalho do Assistente Social, junto a várias profissões, contribui no processo de produzir e de construir a riqueza do capitalista, independentemente de seu grau de aproximação com a natureza.

Assim, quanto mais os homens desenvolvem a tecnologia mais distantes ficam do trabalho direto com a natureza, pois, à medida que a divisão social do trabalho se complexificou, emergiram outras profissões que não lidam diretamente com a produção de mercadorias, mas cujas funções contribuem para o processo de produção e, conseqüentemente, com o processo de acumulação de valor. Por analogia, considera-se, nesse espectro, os serviços executados pelas profissões inseridas na política de assistência social como produtivos, por contribuírem para as condições de reprodução da classe trabalhadora, ao processarem suas demandas, contribuindo também com a “ordem social” necessária para a produção ampliada do capital. Ainda que pela mediação do Estado e respondendo às requisições da classe trabalhadora, diante da pobreza decorrente da concentração de renda e riqueza.

O ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE A POLIVALÊNCIA E O ASSÉDIO MORAL

Como especialização do trabalho coletivo, acionada pelo capital, pela mediação do Estado a fim de dar resolutividade às expressões da questão social, a profissão de Assistente Social foi uma das mais requisitadas pelas gestões municipais para consolidação da Política Nacional de Assistência Social via implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Isso porque o trabalho do assistente social destaca-se também na gestão das unidades de atendimento e acompanhamento executada por essa política social, dentre os quais se citam os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, e Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS, cujo resultado da pesquisa de doutorado, que fundamentou o

presente texto, evidenciou tal profissão na condução da gestão de 90% desses centros ou unidades, no marco temporal de 2017 a 2020 (Azevedo, 2023).

No que se refere à expansão e consolidação da política de assistência social no Brasil, ela decorre do processo de reabertura democrática, quando se vivenciou sua regulamentação via Constituição Federal como parte do tripé da Seguridade Social e, posterior, Lei Orgânica da Assistência Social. Ademais, a política de assistência social passou por um redimensionamento, estruturação e expansão, especialmente nos governos sob direção do Partido dos Trabalhadores, com a criação do Programa de Transferência de Renda “Bolsa Família” e deliberação pela criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003. Tal definição pretendeu dar efetividade à referida política pública, pressupondo comando único, todavia com sistema descentralizado e participativo, definindo-se reponsabilidade em cada esfera de governo, coerente com o pacto federativo.

Entretanto, sua expansão se deu no âmbito do projeto de contrarreforma do Estado Brasileiro, iniciada na década de 1990. Retomando a política social brasileira pós-constituente, Behring e Boschetti (2010) explicam que ela se situou entre a inovação e o conservadorismo, tendo em vista que a aprovação da Constituição Federal, de 1988, deu-se em condições econômicas nacionais e internacionais desfavoráveis, apesar da ascensão das lutas populares e das organizações de esquerda.

Por conseguinte, tendo em vista o panorama já exposto, o que se vivenciou no Brasil, a partir da década de 1990 foi a hegemonia das políticas neoliberais, ou melhor, as contrarreformas neoliberais do Estado, com obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, onde foram inviabilizadas as condições políticas em função da expansão do desemprego e da violência.

Desse modo, a contrarreforma do Estado foi marcada por privatizações, terceirizações e estímulo ao capital privado, com empréstimos a juros mais baixos, ao que as autoras chamam de aparente esquizofrenia. Isso porque o discurso hegemônico argumentava que o problema estava no Estado e que seria necessário reformá-lo, ao passo que a política econômica aplicada corroía os meios de financiamento, deixando o país à mercê dos especuladores do mercado financeiro, provocando o crescimento galopante das dívidas interna e externa.

Por conseguinte, nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, presenciou-se uma avassaladora campanha por reformas orientadas para o mercado, mediante o Plano Diretor Brasileiro. Tais reformas se relacionam também com a forma como o presidente concebera a perspectiva desenvolvimentista, já tratada no tópico anterior e que será retomada mais adiante.

Por isso, apesar de se constituir em uma política social que alcançou uma grande parcela da sociedade brasileira, não se pode perder de vista que a Política Nacional de Assistência Social se expandiu de forma focalizada e com precariedade no que se refere aos serviços ofertados e às condições de trabalho disponibilizadas. Sobretudo, no que tange à implementação dos mecanismos constitucionais de proteção ao seu trabalhador, garantidos na constituição e Consolidação das Leis Trabalhistas.

Nesse sentido, consoante a Norma Operacional Básica da Política de Assistência Social ter evidenciado em seu marco situacional a necessidade de superar os vínculos precários de trabalho, resultantes de anos de política neoliberal no Brasil, Silveira (2011) afirma que, em sua constituição, o SUAS combinou avanços institucionais e rearranjos na organização dos serviços e da gestão efetivando mecanismos democráticos indutores do pacto federativo na assistência social, e que dados apontam para o cumprimento de responsabilidades compartilhadas.

Entretanto, a respectiva afirma que permanecem “alguns constrangimentos típicos da descentralização político-administrativa das políticas públicas no Brasil, os quais relaciona à cultura política enraizada. São eles:

[...] insuficiências de investimentos compartilhados, manutenção de vínculos precarizados, a exemplo de contratos temporários e dos pregões eletrônicos; ausência ou insuficiência de concursos públicos; definição de equipes sem perfil adequado, baixos e imorais salários; ampliação de demandas inerentes às equipes técnicas do sistema de justiça, segurança pública, saúde e educação; demandas territoriais ampliadas pela ausência de planejamento, gerando superexploração, desgaste emocional e mesmo danos de saúde mental; práticas gerenciais burocráticas e “produtivistas”, descaracterizando os objetivos dos serviços; ausência de registros, avaliações participativas; instalação de equipamentos sem acessibilidade e condições materiais de funcionamento; entre outros aspectos (Silveira, 2014, p.17).

Por essa razão, foi publicada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH-SUAS, resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social à qual foi preponderante para a consolidação da Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS, tendo em vista o entendimento de que “a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados para sociedade dependem da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS” (NOB-RH, 2006). Nesse sentido:

A Norma Operacional de Recursos Humanos - NOB/RH/SUAS é o grande marco político e institucional na gestão do trabalho por disciplinar seus atributos essenciais e alguns parâmetros transformados em requisitos relacionados ao financiamento e ao reconhecimento público da adesão dos entes federativos ao SUAS, na aplicação relacionada com Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/05 (Brasil, 2011, p.13).

Nessa perspectiva, a gestão e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, almejando a consolidação do SUAS, traz a necessidade de atender aos dispositivos legais e demais normativas que regulamentam a Política de Assistência Social, o que têm importantes implicações nos processos de trabalho. Isso porque se subentendem remunerações compatíveis, a fim de atrair pessoal especializado e romper com a alta rotatividade de força de trabalho, contribuindo com a garantia de proteção social e, conseqüente, melhoria das condições de vida das famílias e indivíduos atendidos.

Apesar desse direcionamento, em Gestão de Metas e Serviço Público Alves (2021) explica que a flexibilização da força de trabalho, à qual ocorreu nas empresas privadas também ocorre nas organizações públicas. Nestas, entretanto, ao invés de se ter aumento da taxa de lucro por intermédio da produção de mais-valor, ocorre redução do gasto público com folha de pagamento e degradação da qualidade dos serviços públicos.

Isso resulta também da blindagem do orçamento público para os ganhos da fração rentista-parasitária, de modo que o fundo público é espoliado⁹ pelo capital financeiro, fração da classe hegemônica na atual fase do capitalismo global. Por isso, nota-se na organização do trabalho público a implantação da gestão toyotista combinada à fordista, assim como a contratação precária, que se aprofundou nos últimos seis anos, com as reformas trabalhista e previdenciária, expressões concretas da ofensiva do capital no setor público.

Desse modo, ao introduzir o tema da reestruturação produtiva no setor público, Alves (2021) evidencia o toyotismo sistêmico, com uso de máquinas informacionais (*desktop*, *tablet* e *smartphone*) conectados em rede, desterritorializando os locais de trabalho por intermédio do *home office*, o qual implode as jornadas de trabalho, pois cria

⁹ Conforme expusemos no artigo a respeito do orçamento da política de assistência social (Reis; Santos; Ferreira, 2019), Behring e Boschetti (2010) afirmam que se vivencia um panorama de crise estrutural do capital, o qual leva o Estado brasileiro, em sua particularidade, a submergir num contexto de ajuste fiscal permanente, em que o Estado não é somente parteiro do capital, mas tem o seu orçamento cada vez mais punccionado pela classe capitalista, em detrimento de ser direcionado às políticas sociais, dentre elas a de assistência social.

o trabalho *full time* que funde a mais-valia absoluta e relativa, diminuindo o tempo de vida, ao mesmo tempo em que cria a vida *just-in-time*.

Por isso, nas organizações públicas, a degradação do serviço público, assim como o adoecimento da força de trabalho, ocorre mediante a gestão de metas de cariz produtivista, seguindo-se de avaliações individualizadas, aumentando o estresse dos trabalhadores. Além do mais, a ideia do “colaborador” evidencia o espírito do toyotismo, que permeia o discurso da organização do trabalho flexível - seja ela empresa privada ou organização pública alienada pelo Estado neoliberal – numa luta de classes aberta, pois se trata de ressignificar o sentido do coletivo, mediante a difusão da ideologia do pós-modernismo, no que o autor chama de “processo de dessubjetivação de classe” (Alves, 2021, p. 19) que abre espaço para condutas individualistas e competitivas.

Assim, para enfrentar os impactos do processo de precarização explicitado por Alves e conduzido via contrarreforma do Estado, além da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/SUAS (Brasil, 2006), que estabelece a equipe mínima nos respectivos serviços, foram publicadas no âmbito da política de assistência social “Orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no Sistema Único de Assistência Social” (Muniz, 2011) e “Nota técnica SNS/MDS nº02/2016”, em que a primeira evidencia a gestão a partir do órgão gestor municipal e a segunda diferencia a natureza do trabalho realizado pela política de assistência social daquele realizado pelos técnicos das mesmas formações, todavia no sistema judiciário.

Essa última publicação evidencia uma ponta da contrarreforma do Estado que, na consolidação da Política de Assistência Social, desdobrou em permanente constrangimento, qual seja, a contrarreforma no judiciário via gestão de metas, à qual se fez sentir na transferência de atribuições das profissões atuantes no sistema de justiça aos profissionais atuantes na política de assistência social, dentre eles, aquelas exercidas por assistentes sociais. Isso porque a referida política acompanha cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social na perspectiva da prevenção de situações de pobreza e insegurança alimentar, bem como famílias e indivíduos em vulnerabilidade e risco social decorrente de direitos violados, especialmente pela vivência de violência intrafamiliar, seja ela física, psicológica ou patrimonial. Por essa razão, atua em permanente articulação com o sistema judiciário, com acompanhamento ou também acolhimento institucional,

nas situações de violações de direitos direcionadas à criança, à mulher ou a idosos, assim como nos casos das minorias, como a população LGBTQIA+ e adulta de rua, além de atuar nos casos de racismo e intolerância religiosa, na perspectiva de contribuir na ruptura do padrão violador identificado.

Apesar dessa relação contribuir na execução da política pública, causa certa confusão nos operadores do judiciário, quanto ao entendimento do foco de atuação da política de assistência social. Confusão essa gerada em razão da necessidade de responder às demandas decorrentes de suas metas nacionais, mesmo sem dispor de quadro técnico (assistentes sociais e psicólogos) suficiente para realização de estudos a subsidiar as decisões dos magistrados. Tal demanda é requisitada aos operadores da política de assistência social, o que vem gerando comprometimento no trabalho da política pública, por sobrecarregar estes profissionais.

Sobre o judiciário Alves (2021) explica que, através da gestão de metas, da implantação do processo judicial eletrônico e da adoção da gestão estratégica, a modernização do judiciário incorporou a racionalidade burocrática empresarial, todavia, comprometendo o serviço público brasileiro, no que tange à sua eficácia. Isso porque, embora a proposta gerencial almejasse o aumento de produtividade, a fim de tornar os processos mais céleres, assim como a ampliação do direito do cidadão ao acesso à justiça, a modernização continuava apresentando contradições em relação aos direitos sociais na república brasileira. Tais contradições comprometem seus objetivos, além de degradar o trabalho dos profissionais que concretizam esse acesso, haja vista que desdobra da racionalidade burocrática empresarial.

Por conseguinte, a pesquisa de doutorado, a partir da qual se reflete sobre a temática aqui tratada, identificou o gradativo aumento por parte do sistema de justiça de requisição de relatórios aos profissionais atuantes na política de assistência social. Assim, ao responderem o instrumental de pesquisa, os gestores das unidades CRAS e CREAS dos municípios que compõe a Ilha de São Luís confirmaram que o referido constrangimento recaia sobretudo a estes profissionais, tendo em vista a fragilidade de seus vínculos empregatícios, que acompanham a tendência já exposta, ou seja, 100% dos entrevistados são lotados em cargos de livre exoneração e nomeação ou contratados, percebendo não mais que dois salários-mínimos em sua maioria. Ressalta-se ainda que

90% dos entrevistados responderam que são assistentes sociais, de modo que tal dado permite fazer inferências específicas para esta profissão.

Os dados demonstram que 75% já se sentiram compelidos a fazer executarem, no serviço/setor sob sua gestão, atribuições, competências e metas incompatíveis com a natureza do mesmo e 60% responderam positivamente ao serem instados a marcarem em instrumental se já sofreram situações, que são consideradas por referências teóricas nacionais como assédio moral.

Portanto, diante da fragilidade do vínculo vivenciaram situações de assédio moral a fim de dar respostas, mesmo que a demanda não fosse atribuição dos profissionais da política de assistência, pois constituía-se em relatórios decorrentes de estudos com perspectiva de emissão de parecer que subsidiasse decisão dos entes que compõe o sistema de justiça. Ou seja, assemelhava-se ao trabalho de perícia judicial, ainda que a totalidade das requisições não viessem apenas desses órgãos.

Verifica-se que a pressão pelo cumprimento de metas e de demandas alheias à política de assistência social se repetiu em diversas unidades, tendo em vista que 63% responderam positivamente. Assim, considerando que a pesquisa alcançou os quatro municípios almejados e que a maioria respondeu positivamente, pode-se inferir que o assédio quanto ao cumprimento de metas da política de assistência social e demandas alheias a ela se apresentou como um fator recorrente na amostra pesquisada.

A pesquisa verificou que o cumprimento de tais requisições ocorriam pela via do constrangimento do órgão requisitante ao alto escalão de gestores da Política de Assistência Social que, por sua vez garantiam seu cumprimento por parte dos gestores das unidades CRAS e CREAS pela via do assédio moral.

Digno de destaque é a constatação do adoecimento desses profissionais investidos em cargos de gestão, em sua maioria assistentes sociais. Eles, que já vivenciavam a precarização do trabalho mediante salários rebaixados, vínculos precários e constante requisição de metas, ao depararem-se com a encruzilhada de submeter-se à polivalência ou ao assédio moral expressaram na forma mais brutal as consequências, qual seja, pelo adoecimento físico expresso por 70% dos que responderam à pesquisa. No detalhamento apresentam-se crise de ansiedade, enxaqueca insônia, sono perturbado, desânimo, gastrite, estresse, estafa, alimentação desequilibrada e hipertensão.

Portanto, o processo de adoecimento do trabalhador investido em cargos de gestão nessa política social tem íntima relação com toda a estrutura dos processos de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva mediante a contrarreforma do Estado brasileiro imprime aos trabalhadores das políticas sociais, especialmente assistentes sociais gestores da política de assistência social, atribuições e competências além da sua capacidade e finalidade, desdobrando-se em polivalência, sobrecarga de trabalho, assédio moral e adoecimento na gestão do trabalho dessa política social. Por conseguinte, tais situações apresentam-se como constrangimentos e óbices ao exercício profissional do Assistente Social de forma compatível às premissas éticas da profissão.

A polivalência, o assédio moral e o adoecimento ultrapassam o constrangimento, pois apresentam-se como tendência não somente nas empresas capitalistas, mas na execução de políticas públicas estatais. Portanto, é urgente o enfrentamento dessas expressões da degradação do trabalho contemporâneo, por parte das organizações coletivas de defesa dos trabalhadores e das instituições do sistema de justiça, especialmente aquelas que atuam na defesa do trabalho protegido.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Gestão de metas e serviço público: a degradação do trabalho no Brasil Neoliberal**. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AZEVEDO, Luciana. **Tendências da gestão do trabalho na Política de Assistência Social: polivalência, assédio moral e adoecimento**. 2023. Tese (Tese de Doutorado em Serviço Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS. Brasília: MDS, 2006.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no séc. XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. O Capital: livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013a. v. 1.

MARX, Karl. O Capital: livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b. v. 2.

REIS, Marina Rodrigues Corrêa dos; SANTOS, Luana de Oliveira dos; FERREIRA, Luciana Azevedo Souza. Apropriação do orçamento público e a política de assistência social: apontamentos iniciais a partir da análise crítica dos dados do fundo público. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019. São Luís. **Anais JOINPP**. São Luís: UFMA, 2019.

SILVEIRA, Jucimeri Isoda. Gestão do trabalho: concepção e significado para o suas In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

CAPÍTULO V

APRENDIZAGEM COLABORATIVA: INTERAÇÃO, CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E DESAFIOS EDUCACIONAIS

Josenete Trajano de Souza¹⁰.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-05

RESUMO: Por meio da edificação deste estudo, investiga-se acerca da aprendizagem colaborativa, analisando-se sua relação com a interação, a construção do conhecimento e os desafios educacionais. Dessa forma, com o aporte de material teórico colhido através de uma pesquisa bibliográfica, examinou-se pesquisas de teóricos sobre o tema aqui discutido e identificou práticas que incentivam o engajamento e a participação ativa dos estudantes. Assim, observa-se que a colaboração promove o desenvolvimento de habilidades comunicativas, pensamento crítico e resolução de problemas, enquanto a abordagem que enreda a aprendizagem colaborativa identifica desafios estruturais e metodológicos que impactam a implementação dessa prática, exigindo estratégias didáticas adaptadas e a criação de ambientes propícios à interação. Com isso, este estudo evidencia limitações no uso de tecnologias como mediadoras do aprendizado, destacando desigualdades no acesso e na capacitação docente, enquanto a análise revela que a aprendizagem colaborativa exige mudanças na organização pedagógica e na atuação dos educadores, cuja adaptação metodológica influencia a participação dos alunos e a construção coletiva do conhecimento, permitindo reflexões sobre práticas que favoreceram o ensino colaborativo e suas implicações para o contexto educacional. Em vista disso, este estudo tem como objetivo analisar a aprendizagem colaborativa e sua relação com a interação, a construção do conhecimento e os desafios educacionais, identificando práticas que incentivam o engajamento dos estudantes e examinando as dificuldades estruturais e metodológicas que impactam sua implementação, com foco na adaptação pedagógica e no uso de tecnologias como mediadoras do aprendizado.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Colaboração. Educação. Interação.

COLLABORATIVE LEARNING: INTERACTION, KNOWLEDGE CONSTRUCTION, AND EDUCATIONAL CHALLENGES

ABSTRACT: Through the construction of this study, we investigate collaborative learning, analyzing its relationship with interaction, knowledge construction, and educational challenges. Thus, with the contribution of theoretical material collected through bibliographic research, we examined research by theorists on the topic discussed here and identified practices that encourage student engagement and active participation. Thus, we observe that collaboration promotes the development of communication skills, critical thinking, and problem-solving, while the approach that involves collaborative learning identifies structural and methodological challenges that impact the implementation of this practice, requiring adapted teaching strategies and the creation of environments conducive to interaction. Thus, this study highlights limitations in the use

10 Graduação com habilitação em Pedagogia. Especialização em Psicopedagógico e Educação Infantil. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: tjosenete14ifpb@gmail.com

of technologies as mediators of learning, highlighting inequalities in access and teacher training, while the analysis reveals that collaborative learning requires changes in the pedagogical organization and in the performance of educators, whose methodological adaptation influences student participation and the collective construction of knowledge, allowing reflections on practices that favor collaborative teaching and their implications for the educational context. In view of this, this study aims to analyze collaborative learning and its relationship with interaction, knowledge construction and educational challenges, identifying practices that encourage student engagement and examining the structural and methodological difficulties that impact its implementation, with a focus on pedagogical adaptation and the use of technologies as mediators of learning.

KEYWORDS: Learning. Collaboration. Education. Interaction.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem colaborativa tem sido examinada como um processo que altera a dinâmica tradicional do ensino, visto que o envolvimento ativo dos estudantes em interações mediadas pela cooperação permite novas abordagens na construção do conhecimento. Assim sendo, a troca de experiências e o desenvolvimento conjunto de ideias possibilitam a ampliação do repertório intelectual, estabelecendo um ambiente no qual a participação ativa se tornou elemento central.

Tendo em vista tal panorama, este estudo buscou analisar as implicações da aprendizagem colaborativa no ensino e na construção do conhecimento, evidenciando que a interação entre estudantes favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação e da autonomia intelectual, ao mesmo tempo em que buscou compreender como essas práticas influenciaram o processo educacional, considerando os desafios surgidos e as estratégias empregadas para a implementação da colaboração no ambiente escolar.

Para tanto, a pesquisa bibliográfica foi adotada como abordagem metodológica, possibilitando o exame de produções acadêmicas sobre o tema e a análise de referenciais teóricos que permitiram compreender a relação entre interação e aprendizagem. Nesse contexto, a literatura pesquisada evidenciou diferentes concepções sobre o papel do professor e dos estudantes na estruturação de um ambiente propício à cooperação no ensino, identificando fatores que potencializaram ou limitaram a colaboração.

Buscando abrir tal discussão, a organização da pesquisa se deu em duas partes principais. O primeiro capítulo apresenta os modelos utilizados para a introdução da colaboração no contexto educacional, analisando práticas pedagógicas, abordagens metodológicas e desafios surgidos na tentativa de estruturar um ensino fundamentado na interação entre estudantes.

No segundo capítulo, são investigadas as consequências da adoção da aprendizagem colaborativa no desempenho acadêmico. Com isso, esse estudo apresentou o objetivo de analisar a aprendizagem colaborativa e sua relação com a interação, a construção do conhecimento e os desafios educacionais, identificando práticas que incentivam o engajamento dos estudantes e examinando as dificuldades estruturais e metodológicas que impactam sua implementação, com foco na adaptação pedagógica e no uso de tecnologias como mediadoras do aprendizado.

Desta forma, salienta-se que a investigação bibliográfica aqui edificada permitiu estabelecer conexões entre diferentes perspectivas teóricas sobre a aprendizagem colaborativa, contribuindo para o debate sobre a implementação dessas práticas no ensino e evidenciando tanto suas potencialidades quanto os desafios envolvidos nesse processo. Por outro lado, o processo de reflexão sobre a interação entre estudantes e sua influência na formação acadêmica revelou aspectos fundamentais para a compreensão das transformações que ocorrem no ambiente educacional.

ESTRATÉGIAS PARA A PRÁTICA DA APRENDIZAGEM COLABORATIVA

O estabelecimento de estruturas e estratégias para a aprendizagem colaborativa requer transformações nos processos pedagógicos, pois modelos convencionais de ensino, baseados na transmissão unilateral de conteúdos, limitam a participação ativa dos estudantes. Nesse sentido, a reformulação dos ambientes educacionais envolve metodologias que promovam a interação e a construção coletiva do conhecimento, demandando organização pedagógica que integre os participantes em dinâmicas interativas e reflexivas.

O desenvolvimento de práticas colaborativas requer espaços de aprendizagem estruturados para a cooperação, ressignificando a sala de aula tradicional para que o

conhecimento seja produzido em conjunto e superando barreiras hierárquicas entre docentes e discentes, visto que estudos indicam que a interação entre pares amplia a compreensão dos conteúdos e favorece a troca de perspectivas e experiências (Costa & Silva, 2023).

Diante do exposto, entende-se que a implementação de estratégias colaborativas exige planejamento pedagógico alinhado à mediação ativa do professor, garantindo que as atividades favoreçam a interação entre os estudantes. Todavia, aponta-se que a criação de dinâmicas que estimulem o diálogo e a resolução coletiva de problemas, segundo Honório et al. (2017), possibilita maior envolvimento dos alunos, fortalecendo a autonomia intelectual e a capacidade argumentativa, aspectos essenciais para a construção do pensamento crítico em diferentes contextos educacionais.

A utilização de metodologias ativas representa um avanço na estruturação da aprendizagem colaborativa, pois, conforme Honório et al. (2017), técnicas como a sala de aula invertida, os debates orientados e a aprendizagem baseada em projetos favorecem a participação ativa dos estudantes, estimulam o protagonismo discente e promovem uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Levando em conta o cenário acima, observa-se que a organização do espaço físico e digital impacta diretamente a efetividade das estratégias colaborativas, pois ambientes flexíveis e adaptáveis às necessidades dos alunos potencializam a interação, uma vez que o uso de plataformas educacionais amplia as possibilidades de colaboração além da sala de aula, permitindo a troca de informações em tempo real e favorecendo a aprendizagem colaborativa por meio da participação contínua.

Sob o olhar atento de Costa e Silva (2023), descobre-se que o papel do professor na aprendizagem colaborativa transcende a transmissão de conteúdos, pois a mediação pedagógica envolve a facilitação de diálogos, a proposição de desafios intelectuais e o estímulo ao pensamento crítico, enquanto o docente assume a função de orientador do processo de construção coletiva do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento de habilidades comunicativas e socioemocionais nos estudantes.

Dessa forma, compreende-se que a implementação de estratégias colaborativas enfrenta desafios relacionados à cultura educacional vigente, pois modelos tradicionais

de ensino, centrados na exposição unidirecional de conteúdos, dificultam a adoção de metodologias interativas. A resistência institucional e a necessidade de formação docente específica representam obstáculos recorrentes, tornando imprescindíveis mudanças na estrutura curricular e na abordagem pedagógica para a construção de uma cultura de colaboração no ensino.

De acordo com Honório et al. (2017, p.138):

A integração de tecnologias digitais potencializa a aprendizagem colaborativa ao ampliar as possibilidades de interação entre os estudantes, pois ferramentas como fóruns, wikis e plataformas de aprendizagem gamificadas permitem a construção coletiva do conhecimento, ao passo que estudos indicam que o uso de tecnologias favorece a participação ativa dos alunos e estimula a autonomia na busca pelo aprendizado.

Com base nessa ideia, infere-se que a adaptação de estratégias colaborativas à realidade dos estudantes exige flexibilidade na condução do processo educativo, visto que grupos heterogêneos de aprendizagem favorecem a diversidade de perspectivas e o desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas complexos. Dessa maneira, segundo Honório et al. (2017), a personalização das atividades de colaboração fortalece o engajamento dos estudantes, promovendo interações mais significativas e produtivas no ambiente escolar.

A intencionalidade pedagógica e a coerência das práticas adotadas estão diretamente associadas à efetividade da aprendizagem colaborativa, pois a estruturação de estratégias baseadas na participação ativa dos estudantes demanda planejamento criterioso e avaliação contínua, considerando a natureza dos conteúdos, os perfis dos alunos e os recursos disponíveis no contexto educacional. Todavia, de acordo com Honório et al. (2017, p. 142), “modelos baseados na participação ativa dos estudantes demandam planejamento criterioso e avaliação contínua, pois a estruturação de estratégias colaborativas deve considerar a natureza dos conteúdos abordados, os perfis dos estudantes e os recursos disponíveis no contexto educacional”.

Assim, torna-se evidente que a aprendizagem colaborativa requer mudanças estruturais e metodológicas para alcançar resultados significativos, pois a reformulação dos processos de ensino-aprendizagem passa pela construção de ambientes interativos e pela valorização da troca de saberes entre os participantes, considerando que a

implementação produtiva de estratégias colaborativas depende do comprometimento institucional, da capacitação docente e da integração de tecnologias ao processo educacional.

IMPACTOS DA COLABORAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Modificações nas dinâmicas pedagógicas ocorrem quando a colaboração é inserida no ensino, pois a construção do conhecimento se transforma por meio da interação entre estudantes e professores, tornando o aprendizado um processo participativo em que o compartilhamento de ideias amplia a compreensão dos conteúdos. Nesse panorama, a aprendizagem colaborativa desafia modelos tradicionais e demanda estratégias que potencializem o envolvimento dos participantes em atividades conjuntas.

De acordo com Maués e Moraes (2020), a relação entre colaboração e aprendizagem está associada ao desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, pois ambientes interativos fortalecem a autonomia dos estudantes ao estimularem a troca de saberes e a argumentação, além de estudos indicarem que o ensino baseado na cooperação favorece a resolução de problemas e aprimora o desempenho acadêmico dos alunos.

Nesse contexto, sublinha-se que o trabalho coletivo na sala de aula orienta uma mediação pedagógica que estimule o diálogo e a construção conjunta do conhecimento, permitindo a interação entre os estudantes. A aprendizagem se estrutura quando os participantes compartilham experiências, confrontam perspectivas e elaboram soluções para desafios propostos, tendo em vista que o professor exerce papel de grande importância ao organizar situações que incentivem a participação ativa dos estudantes.

Maués e Moraes (2020) indicam que a colaboração modifica a dinâmica do ensino ao descentralizar a figura do docente e valorizar o protagonismo discente, pois estratégias como a aprendizagem baseada em projetos e os estudos dirigidos promovem a interação e estimulam o pensamento crítico. Os autores ainda mostram que metodologias ativas elevam a motivação dos alunos e favorecem um aprendizado mais significativo.

Diante dessa perspectiva, sublinha-se que o impacto da colaboração no aprendizado pode ser observado no engajamento dos estudantes diante dos desafios

propostos, pois a participação coletiva fortalece a capacidade de argumentação e a articulação de ideias. Sob esse prisma, o desenvolvimento do pensamento reflexivo ocorre quando os alunos se envolvem em discussões estruturadas e analisam diferentes perspectivas, ampliando a compreensão e a construção do conhecimento.

Considerando as percepções trazidas por Silva, Marques e Donadel (2013), descobre-se que o uso de tecnologias digitais potencializa a aprendizagem colaborativa ao ampliar as possibilidades de interação entre os participantes, pois ferramentas como fóruns e plataformas educacionais permitem a construção conjunta do conhecimento em diferentes espaços e tempos, bem como estudos revelam que a incorporação de recursos tecnológicos promove a inclusão e diversifica as formas de participação dos estudantes.

Tal perspectiva sugere que a incorporação de tecnologias digitais na aprendizagem colaborativa não se limita ao fornecimento de ferramentas, mas sim necessita urgentemente de mudanças estruturais que favoreçam a interação e a construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, Silva, Marques e Donadel (2013, p.11) elucidam que “a adoção dessas estratégias enfrenta desafios relacionados à formação docente, à resistência institucional e às limitações no acesso a recursos tecnológicos, fatores que impactam diretamente a funcionalidade das práticas colaborativas no ensino”.

O desenvolvimento de competências socioemocionais está diretamente ligado à aprendizagem colaborativa, pois essa abordagem estimula a cooperação, a empatia e a resolução de conflitos, exigindo organização, respeito às diferentes opiniões e aprimoramento das habilidades interpessoais no trabalho em grupo. Conforme apontam Silva, Marques e Donadel (2013), ambientes colaborativos favorecem a adaptação dos estudantes a contextos diversos e os preparam para desafios futuros.

Segundo essa linha de pensamento, ressalta-se que o sucesso da aprendizagem colaborativa depende da intencionalidade pedagógica e da coerência das práticas aplicadas, pois a construção do conhecimento por meio da interação requer estratégias organizadas que viabilizem a participação ativa dos estudantes e a articulação entre teoria e prática, de modo que o ensino baseado na cooperação se fortaleça quando os objetivos de aprendizagem são bem definidos.

Para Silva, Marques e Donadel (2013), o processo de formação integral dos estudantes é influenciado pela colaboração no ensino, pois essa abordagem estimula o pensamento crítico e a autonomia ao favorecer a interação entre os participantes. Desse modo, modelos educacionais que incorporam a cooperação ampliam as possibilidades de aprendizado, enquanto a adaptação das estratégias de ensino à realidade dos alunos potencializa a construção coletiva do conhecimento e diversifica as formas de interação.

Com base nessa trajetória discursiva, constata-se o impacto da colaboração na aprendizagem, o qual modifica a forma como o conhecimento é construído e assimilado ao favorecer a troca de saberes entre estudantes e professores. Por essa razão, compreende-se que o desenvolvimento de metodologias que valorizam a participação coletiva exige comprometimento institucional e adaptação das práticas educativas aos desafios contemporâneos, transformando a dinâmica do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, viu-se que a aprendizagem colaborativa constitui uma abordagem pedagógica que enfatiza a construção conjunta do conhecimento, promovendo a interação entre estudantes e incentivando a participação ativa no processo educacional. Diferente dos modelos tradicionais baseados na transmissão unilateral de conteúdos, essa prática estimula o pensamento crítico, a argumentação e a autonomia intelectual, desafiando a estrutura convencional da sala de aula e exigindo novas estratégias metodológicas para sua implementação. Com isso, salienta-se que este estudo apresentou como objetivo analisar a aprendizagem colaborativa e sua relação com a interação, a construção do conhecimento e os desafios educacionais, identificando práticas que incentivam o engajamento dos estudantes e examinando as dificuldades estruturais e metodológicas que impactam sua implementação, com foco na adaptação pedagógica e no uso de tecnologias como mediadoras do aprendizado.

Desta forma, observa-se que a colaboração pressupõe planejamento, mediação qualificada e adaptação às necessidades educacionais, demonstrando a importância de estratégias estruturadas para sua implementação. Assim, a análise dos capítulos aqui erguida apresentou modelos para a aprendizagem colaborativa e os impactos dessa

abordagem no ensino, contribuindo para a reflexão sobre a construção coletiva do saber e apontando caminhos que permitem ampliar práticas pedagógicas voltadas à interação no processo formativo.

REFERÊNCIAS

- COSTA, K. R. R., & Silva, L. A. S. (2023). **TIC na Educação e Justiça Social: Equidade Tecnológica Em Face dos Novos Contextos e Interconexões de Saberes no Ensino-aprendizagem.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 9(8).
- HONÓRIO, M. G., LOPES, M. S. L., LEAL, F. L. S., HONÓRIO, T. C. T., & SANTOS, V. A. (2017). **As novas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada de professores da educação básica:** entre recorrências e novas inquietações. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 12(3), 1736–1755.
- MAUÉS, M. G., & MORAES, R. C. (2020). **Políticas Públicas e Sua Importância na Garantia de Uma Educação de Qualidade.**
- SILVA, R., MARQUES, A. D., & DONADEL, M. V. S. (2013). **Inclusão digital e Direitos Humanos:** desafio à educação contemporânea.

CAPÍTULO VI

MICROVERDES COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA UNAPI

Giovana Giampaoli Ferreira¹¹; Giullia Chiattonne Corvello de Freitas Ferreira Alves¹²;

Mariana Pereira e Silva¹³; Charisma Prietto de Medeiros Alles¹⁴;

Manoela Otesbelgue Pinto¹⁵; Luciana Bicca Dode¹⁶.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-06

RESUMO: A UNAPI/UFPEL (Universidade Aberta à Pessoa Idosa) é um programa da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas) que oferece, através de diferentes atividades de extensão universitária, ações voltadas à educação continuada, inclusão social e saúde para pessoas com 60 anos ou mais. A UNAPI contribui para promoção da saúde, prevenção de doenças e manutenção da autonomia e da qualidade de vida da população idosa. Nesse contexto, a alimentação saudável e sustentável desempenha papel fundamental onde os microverdes surgem como uma alternativa promissora por apresentarem elevada densidade nutricional, facilidade de cultivo e baixo impacto ambiental. Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar a oficina de produção e consumo sustentável de microverdes, desenvolvida como ação extensionista do Curso de Bacharelado em Biotecnologia da UFPEL junto a UNAPI, no município de Pelotas/RS em 2025. A oficina foi realizada através de metodologia participativa, incluindo apresentação expositivo-dialogada sobre microverdes e sustentabilidade, atividade prática demonstrativa de cultivo e distribuição de kits para produção doméstica. Os resultados indicaram apropriação dos conhecimentos, estímulo à autonomia alimentar e sensibilização para o consumo sustentável. Concluiu-se que a oficina de microverdes constituiu-se como uma estratégia educativa eficaz para promover a saúde, o bem-estar e a sustentabilidade, além de fortalecer a relação universidade-comunidade, estimular a aproximação intergeracional e contribuir para a formação acadêmica cidadã dos estudantes envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Cultivo doméstico. Sustentabilidade. Extensão universitária.

MICROGREENS AS A STRATEGY FOR FOOD EDUCATION AND SUSTAINABILITY: AN EXTENSION EXPERIENCE AT UNAPI

ABSTRACT: UNAPI/UFPEL (Open University for the Elderly) is a program at UFPEL (Federal University of Pelotas) that offers, through various university extension activities, actions focused on continuing education, social inclusion, and health for individuals aged 60 and over. UNAPI contributes to health promotion, disease prevention, and the

11 Acadêmica do Bacharelado em Biotecnologia-Universidade Federal de Pelotas – ferreiragiovana394@gmail.com

12 Acadêmica do Bacharelado em Biotecnologia-Universidade Federal de Pelotas – giulliachiattonne@gmail.com

13 Acadêmica do Bacharelado em Biotecnologia-Universidade Federal de Pelotas – mariana.prsv@gmail.com

14 Acadêmica do Bacharelado em Biotecnologia-Universidade Federal de Pelotas – charismalles@gmail.com

15 Acadêmica do Bacharelado em Biotecnologia- Universidade Federal de Pelotas – manuotesbelgue@gmail.com

16 Professora Titular do Centro de Desenvolvimento Tecnológico- Universidade Federal de Pelotas – lucianabicca@gmail.com

maintenance of autonomy and quality of life for the elderly population. In this context, healthy and sustainable eating plays a fundamental role, where microgreens emerge as a promising alternative due to their high nutritional density, ease of cultivation, and low environmental impact. Thus, the present work aims to report on a workshop for the sustainable production and consumption of microgreens, developed as an extension action of the Bachelor's Degree in Biotechnology at UFPEL in partnership with UNAPI, in the city of Pelotas/RS in 2025. The workshop was conducted using a participatory methodology, including an expository-dialogued presentation on microgreens and sustainability, a practical cultivation demonstration, and the distribution of kits for home production. The results indicated knowledge appropriation, stimulation of food autonomy, and awareness of sustainable consumption. It was concluded that the microgreens workshop proved to be an effective educational strategy to promote health, well-being, and sustainability, in addition to strengthening the university-community relationship, encouraging intergenerational connection, and contributing to the civic academic training of the students involved.

KEYWORDS: Aging. Home cultivation. Sustainability. University extension.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional, é um fato mundialmente observado, resultante do aumento da expectativa de vida e da redução das taxas de natalidade (UNITED NATIONS, 2020; WHO, 2015). No Brasil, esse processo também ocorre de forma acelerada sendo que a população com 60 anos ou mais já superou numericamente a de jovens entre 15 e 24 anos (IBGE, 2023; Agência Senado, 2025). Esse cenário estabelece desafios que incluem o sistema de saúde, reforçando não somente a necessidade de estratégias que promovam a saúde, previnam doenças e preservem a funcionalidade e a qualidade de vida ao longo do envelhecimento, mas também, contribuam para manter o idoso como cidadão ativo, produtivo e com acesso à cultura e educação.

Sabendo que ao envelhecimento associam-se a alterações fisiológicas, metabólicas e funcionais, como redução da massa muscular, modificações no metabolismo energético, diminuição da absorção de nutrientes e alterações no paladar, é usual uma vulnerabilidade às deficiências nutricionais, aumentando a prevalência de doenças crônicas relacionadas a padrões alimentares inadequados, reforçando o papel da alimentação adequada em todas as fases (Damião et al., 2018).

Assim, a adoção de hábitos alimentares saudáveis, baseados em alimentos com alta densidade nutricional e presença de compostos bioativos é fundamental para a

promoção do envelhecimento ativo. Contudo, muitos idosos enfrentam barreiras como limitações financeiras, dificuldades no preparo dos alimentos, acesso restrito à informação e redução da autonomia alimentar, o que dificulta a adesão a práticas alimentares mais adequadas e sustentáveis (Cunha; Miranda; Martins, 2023).

Diante desse cenário, os microverdes surgem como uma alternativa promissora do ponto de vista nutricional, social e ambiental. Esses alimentos consistem em plantas jovens, colhidas entre 7 e 21 dias após a germinação, quando apresentam os cotilédones desenvolvidos e o início das primeiras folhas verdadeiras, e podem ser obtidos a partir de diversas espécies vegetais, como rúcula, beterraba, brócolis, ervilha, mostarda, manjeriço e couve, caracterizando-se pela facilidade de cultivo e versatilidade de uso na alimentação (Bhaswant et al., 2023).

Estudos indicam que os microverdes apresentam elevada densidade nutricional, com concentrações superiores de micronutrientes e compostos bioativos quando comparados às plantas adultas, a depender da espécie e das condições de cultivo. Além dos benefícios nutricionais, destacam-se vantagens práticas, como o curto ciclo de produção, o baixo custo e a possibilidade de cultivo em ambientes domésticos, o que favorece o consumo regular de alimentos frescos e minimamente processados (Tallei et al., 2023).

Sob a perspectiva da sustentabilidade, o curto ciclo de produção dos microverdes, aliado ao baixo consumo de água e à reduzida necessidade de insumos agrícolas, contribui para a diminuição do impacto ambiental quando comparado aos sistemas convencionais de produção de hortaliças (Singh; Manvir; Sood, 2025). Além disso, a possibilidade de cultivo em pequenos espaços e em ambientes domésticos ou comunitários favorece a produção local de alimentos, reduzindo perdas pós-colheita, custos de transporte e a emissão de gases de efeito estufa, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente aqueles relacionados à segurança alimentar, ao consumo e produção responsáveis e à ação climática.

Adicionalmente, o cultivo de microverdes pode contribuir positivamente para o bem-estar psicológico e social da população idosa. Atividades relacionadas ao cuidado com plantas têm sido associadas à redução de sintomas de ansiedade e depressão, ao fortalecimento da autoestima, ao estímulo da autonomia e à manutenção das capacidades

cognitivas e motoras, aspectos fundamentais para o envelhecimento ativo (Scott; Masser; Pachana, 2020).

Nesse contexto, as ações extensionistas assumem um papel importante ao aproximar o conhecimento científico da comunidade, promovendo educação alimentar e nutricional de forma prática e participativa, valorizando saberes populares e fortalecendo vínculos sociais.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a oficina de microverdes realizada na Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI/UFPEL), caracterizada como uma ação educativa e extensionista voltada à promoção da saúde, do bem-estar e da sustentabilidade através do cultivo doméstico e preparação de receitas com microverdes.

METODOLOGIA

A oficina de produção e consumo sustentável de microverdes foi realizada com idosos do programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI), no espaço do Auditório do Museu do Doce, em Pelotas/RS, utilizando uma metodologia participativa. A atividade foi conduzida por acadêmicos do curso de Bacharelado em Biotecnologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), juntamente com a professora orientadora, a partir de conhecimentos adquiridos ao longo das disciplinas do curso e do uso de materiais educativos sobre microverdes.

Inicialmente, foi elaborada uma apresentação visual e didática, abordando o conceito de microverdes, espécies comumente cultivadas, espécies que não devem ser cultivadas e consumidas na modalidade microverdes, sua relação com a sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de orientações práticas sobre o cultivo e sugestões de receitas como forma de incentivo ao consumo (Figura 1).

Figura 1 - Apresentação expositiva-dialogada sobre microverdes



Fonte: Autor.

Em seguida, foi realizada uma oficina demonstrativa de cultivo, permitindo que os idosos acompanhassem e participassem das etapas do processo (Figura 2).

Figura 2 - Oficina prática demonstrativa de cultivo de microverdes



Fonte: Autor.

Além disso, os participantes receberam kits para cultivo doméstico, juntamente com uma cartilha desenvolvida pelos estudantes contendo material de apoio, com informações sobre microverdes, instruções de cultivo e sugestões de inclusão na alimentação diária (Figura 3).

Figura 3 – Cartilha de material educativo desenvolvido pelos estudantes



Fonte: Autor.

Ao longo da atividade, foi promovido um espaço para esclarecimento de dúvidas e troca de conhecimentos entre os participantes e a equipe organizadora.

Por fim, o impacto da oficina foi avaliado de forma qualitativa, considerando a participação e o interesse demonstrados durante a atividade, bem como o retorno espontâneo dos idosos após a oficina, por meio de mensagens e registros fotográficos compartilhando suas experiências com o cultivo de microverdes em ambiente domiciliar.

RESULTADOS

A oficina foi realizada com a participação de sete idosos vinculados à UNAPI e estruturou-se em um momento expositivo-dialogado, seguido de uma atividade prática demonstrativa de cultivo de microverdes em pequenos recipientes. Durante a atividade, observou-se elevado nível de interesse e engajamento dos participantes, evidenciado pela

realização de perguntas, compartilhamento de experiências pessoais e curiosidade em relação à viabilidade do cultivo doméstico de alimentos de forma simples e acessível.

Na etapa prática, os participantes acompanharam e executaram as etapas do cultivo de microverdes, demonstrando compreensão da técnica e envolvimento com a atividade proposta. Ao final da oficina, foi possível observar a apropriação dos conhecimentos relacionados ao cultivo e ao consumo sustentável, bem como o interesse em aplicar a prática à rotina alimentar, favorecendo a autonomia e a adoção de hábitos mais saudáveis.

O impacto da ação também foi evidenciado pelo retorno espontâneo dos participantes após a oficina, por meio de relatos, mensagens e registros fotográficos do cultivo realizado em ambiente domiciliar (Figura 4). Esses registros indicaram a continuidade da prática e reforçaram o potencial da oficina como estratégia de sensibilização para o consumo sustentável e para a promoção do bem-estar da população idosa.

Figura 4 - Produção de microverdes pelos participantes da oficina



Fonte: Autor.

Além disso, a ação contribuiu para o fortalecimento da relação entre universidade e comunidade, ao promover um espaço de diálogo e troca de saberes intergeracionais. Para os estudantes envolvidos, a experiência possibilitou o desenvolvimento de habilidades comunicativas e educativas, enquanto para os idosos representou uma oportunidade de aprendizado acessível, valorizando práticas sustentáveis no cotidiano.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na oficina de microverdes reforçam o potencial dessa prática como estratégia educativa e extensionista voltada à promoção da saúde, da sustentabilidade e da autonomia alimentar da população idosa. O elevado interesse e engajamento observados durante a atividade alinham com a literatura, que aponta a importância de abordagens práticas e participativas na educação alimentar de idosos, especialmente quando envolvem alternativas acessíveis e aplicáveis ao cotidiano (Cunha; Miranda; Martins, 2023).

A participação ativa dos idosos na etapa prática de cultivo e a continuidade da atividade em ambiente domiciliar, evidenciada pelos registros fotográficos e relatos posteriores, indicam apropriação dos conhecimentos transmitidos e motivação para a adoção da prática. Esses achados dialogam com estudos que destacam os microverdes como alimentos de fácil cultivo, baixo custo e alto valor nutricional, capazes de favorecer o consumo regular de alimentos frescos e minimamente processados, aspecto relevante frente às limitações frequentemente enfrentadas pela população idosa (Bhaswant et al., 2023; Tallei et al., 2023).

Além do aspecto nutricional, os resultados observados também compactuam com evidências que associam atividades de cultivo e cuidado com plantas à promoção do bem-estar psicológico e social no envelhecimento. A interação durante a oficina, a troca de experiências e o entusiasmo demonstrado pelos participantes reforçam o papel dessas atividades no estímulo à autonomia, ao sentimento de pertencimento e ao envelhecimento ativo (Scott; Masser; Pachana, 2020).

Sob a perspectiva da sustentabilidade, a oficina contribuiu para sensibilizar os participantes quanto à produção local de alimentos e ao consumo responsável, aspectos

alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A possibilidade de cultivo em pequenos espaços e a redução da dependência de sistemas convencionais de produção reforçam o papel dos microverdes como alternativa sustentável (Singh; Manvir; Sood, 2025). Dessa forma, a ação extensionista atuou como elo entre ciência, sustentabilidade e prática cotidiana.

No contexto da extensão universitária, a experiência evidenciou o potencial das oficinas como espaços de diálogo e troca de saberes entre universidade e comunidade, fortalecendo vínculos e ampliando o alcance do conhecimento científico. Para os estudantes envolvidos, a atividade proporcionou o desenvolvimento de habilidades comunicativas, educativas e sociais, reafirmando a extensão como componente fundamental da formação acadêmica.

Como limitação do estudo, destaca-se o número reduzido de participantes e a ausência de instrumentos quantitativos para avaliação de impacto a longo prazo. Ainda assim, os resultados qualitativos observados indicam que ações dessa natureza possuem grande relevância social e educativa. A continuidade das ações através de iniciativas semelhantes, bem como o desenvolvimento de estudos futuros que avaliem de maneira sistemática os impactos do cultivo de microverdes na alimentação, na saúde e na qualidade de vida da população idosa certamente trarão importantes contribuições para a comunidade.

CONCLUSÃO

A oficina de produção e consumo sustentável de microverdes mostrou-se uma ação relevante de extensão universitária ao promover educação alimentar e nutricional de forma acessível e incentivar a autonomia alimentar do público idoso. A atividade possibilitou a aproximação entre conhecimento científico e práticas cotidianas, evidenciando o potencial dos microverdes como alternativa nutricional funcional, sustentável e de fácil implementação no ambiente doméstico.

Além disso, a oficina destacou a importância de práticas pedagógicas participativas no contexto da educação em saúde, favorecendo o protagonismo dos idosos, a troca de saberes e o estímulo ao envelhecimento ativo. Ao integrar aspectos

relacionados à saúde, sustentabilidade e bem-estar, a ação reforçou o papel social da universidade na disseminação de conhecimentos voltados à melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Por fim, a experiência contribuiu significativamente para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos, ao fortalecer competências comunicativas, educativas e de engajamento social, reafirmando a extensão universitária como um eixo fundamental na formação profissional e social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Envelhecimento da população impulsiona novas ações em defesa dos idosos.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/06/envelhecimento-da-populacao-impulsiona-novas-acoes-em-defesa-dos-idosos#:~:text=Albuquerque/Ag%C3%A2ncia%20Bras%C3%ADlia-Indicadores,e%20a%20redu%C3%A7%C3%A3o%20da%20mortalidade>. Acesso em 05/02/2026.

HASWANT, M.; SHANMUGAM, D. K.; MIYAZAWA, T.; ABE, C.; MIYAZAWA, T. **Microgreens — A comprehensive review of bioactive molecules and health benefits.** *Molecules*, v. 28, p. 867, 2023. Acesso em: 27 ago 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/molecules28020867>

CUNHA, LEINDA DE CASTRO DA; MIRANDA, ANA CAROLINY SIRIANO SILVA; MARTINS, KARINA DE SOUZA. **Principais dificuldades na alimentação do idoso e a importância da intervenção nutricional.** *Scire Salutis*, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 201–209, 2023. Acesso em: 27 ago 2025. DOI: 10.6008/CBPC2236-9600.2022.004.0020.

DAMIÃO, R.; MENEGUCI, J.; DA SILVA SANTOS, Á.; MATIJASEVICH, A.; ROSSI MENEZES, P. **Nutritional risk and quality of life in community-dwelling elderly: a cross-sectional study.** *The Journal of Nutrition, Health & Aging*, v. 22, n. 7, p. 817-823, 2018. Acesso em: 27 ago 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12603-017-0935-y>.

IBGE. **Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Acesso em: 24 dez 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>

SCOTT, T. L.; MASSER, B. M.; PACHANA, N. A. **Positive aging benefits of home and community gardening activities:** Older adults report enhanced self-esteem, productive endeavours, social engagement and exercise. *SAGE Open Medicine*, v. 8, 2020. Acesso em: 27 ago 2025. DOI: 10.1177/2050312120901732.

SINGH, JAGDEEP; MANVIR; SOOD, YACHNA. **Microgreens in Urban Agriculture:** Bridging Nutrition, Sustainability and Innovation. *Journal of Experimental*

Agriculture International, v. 47, n. 4, p. 291–303, 2025. Acesso em: 24 dez 2025.
Disponível em: doi.org/10.9734/jeai/2025/v47i43378

TALLEI, TRINA EKAWATI; KEPEL, BILLY JOHNSON; WUNGOUW, HERLINA INNEKE SURJANE; NURKOLIS, FAHRUL; ADAM, AHMAD AKROMAN; FATIMAWALI. **A comprehensive review on the antioxidant activities and health benefits of microgreens: current insights and future perspectives.** International Journal of Food Science and Technology, v. 59, n. 1, p. 58–71, jan. 2024. Acesso em: 24 dez 2025. DOI: <https://doi.org/10.1111/ijfs.16805>

UNITED NATIONS. **World population ageing 2020:** highlights. New York: United Nations, 2020. Acesso em: 25 dez 2025. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3898412>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on ageing and health.** Geneva: World Health Organization, 2015. Acesso em: 25 dez 2025. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241565042>

CAPÍTULO VII

STARTUPS MIRINS PELA VIDA NA ÁGUA: UM PROJETO DE GAMIFICAÇÃO AMBIENTAL COM SCRATCH NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gabriela Fernandes de Almeida¹⁷.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-07

RESUMO: O projeto “Startups Mirins pela Vida na Água” integrou educação ambiental, tecnologias digitais e a abordagem da Aprendizagem Criativa para sensibilizar crianças de 7 a 9 anos sobre o ODS 14. Utilizando a plataforma Scratch e metodologias ativas, os estudantes assumiram o papel de empreendedores em “startups” para investigar a poluição hídrica e criar jogos educativos autorais. Os resultados demonstram que a gamificação e a programação favorecem o protagonismo infantil, o desenvolvimento do pensamento computacional e a consciência socioambiental crítica. A experiência consolidou a articulação entre os pilares da criatividade e as competências da BNCC de forma lúdica e colaborativa.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Computacional. Aprendizagem Criativa. Educação Ambiental.

STARTUPS MIRINS PELA VIDA NA ÁGUA: A PROJECT ON ENVIRONMENTAL GAMIFICATION WITH SCRATCH IN ELEMENTARY SCHOOL I

ABSTRACT: The “Startups Mirins pela Vida na Água” (Junior Startups for Life Below Water) project integrated environmental education, digital technologies, and the Creative Learning approach to raise awareness among children aged 7 to 9 about SDG 14. Using the Scratch platform and active methodologies, students took on the role of “startup” entrepreneurs to investigate water pollution and create original educational games. The results demonstrate that gamification and programming foster children's agency, the development of computational thinking, and critical socio-environmental awareness. The experience consolidated the link between the pillars of creativity and the BNCC (National Common Curricular Base) competencies in a playful and collaborative manner.

KEYWORDS: Computational Thinking. Creative Learning. Environmental Education.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea enfrenta o desafio de formar sujeitos críticos, criativos e conscientes de seu papel social, especialmente diante das urgências ambientais que marcam o século XXI. A crescente degradação dos ecossistemas aquáticos, causada pela

¹⁷ Instituição: Hub Educacional Happy Tatuapé. E-mail: gf1015218@gmail.com

poluição de rios, mares e oceanos, demanda ações educativas que promovam a conscientização ambiental desde a infância, articulando conhecimentos científicos, atitudes cidadãs e práticas sustentáveis.

Nesse contexto, a integração entre educação ambiental e tecnologias digitais tem se mostrado uma estratégia potente para promover aprendizagens significativas. Ao utilizar recursos tecnológicos de forma crítica e criativa, é possível favorecer o protagonismo estudantil, o desenvolvimento do pensamento computacional e a autoria digital, indo além do uso instrumental das tecnologias.

O projeto Startups Mirins pela Vida na Água buscou integrar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14 – Vida na Água) à prática pedagógica por meio da gamificação e da programação com Scratch. A proposta foi fundamentada na abordagem da Aprendizagem Criativa (Resnick, 2017) e nas metodologias ativas, compreendendo a criança como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento.

Ao assumir o papel de integrantes de uma “startup de inovação”, os estudantes foram desafiados a investigar problemas reais relacionados à poluição hídrica e a criar jogos digitais educativos que sensibilizasse outros sujeitos sobre a preservação da vida aquática. Dessa forma, o projeto articulou educação ambiental, cultura digital, pensamento computacional e aprendizagem colaborativa.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA

A educação ambiental na infância desempenha papel fundamental na formação de valores, atitudes e comportamentos sustentáveis. Segundo a perspectiva sociointeracionista, experiências significativas desde os primeiros anos de escolarização contribuem para a construção de uma consciência ambiental crítica e duradoura.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de práticas educativas que promovam a sustentabilidade, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade social. Trabalhar temas ambientais com crianças pequenas, portanto, não se limita à transmissão de informações, mas envolve vivências, reflexões e ações concretas que dialoguem com a realidade dos estudantes.

2.2 Aprendizagem Criativa, Pensamento Computacional e BNCC da Computação

A Aprendizagem Criativa, proposta por Mitchel Resnick (2017), fundamenta-se nos pilares dos 4 Ps: projetos (projects), paixão (passion), pares (peers) e brincadeira (play). Essa abordagem valoriza o aprender fazendo, a experimentação, o erro como parte do processo formativo e a construção coletiva do conhecimento. Ao desenvolver projetos significativos, os estudantes mobilizam criatividade, autonomia e colaboração, elementos essenciais para uma formação integral.

O pensamento computacional, por sua vez, envolve habilidades como decomposição de problemas, reconhecimento de padrões, abstração e elaboração de algoritmos. Essas competências são fundamentais não apenas para a área tecnológica, mas para a resolução de problemas em diferentes campos do conhecimento.

No contexto brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular, complementada pela BNCC da Computação (2022), reconhece o pensamento computacional como competência essencial a ser desenvolvida desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. O documento organiza a computação em três eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

Nos anos iniciais, espera-se que os estudantes sejam capazes de:

- compreender sequências lógicas e instruções passo a passo;
- identificar padrões e criar soluções para problemas simples;
- desenvolver algoritmos por meio de representações visuais;
- utilizar tecnologias digitais de forma criativa e ética;

colaborar na produção de projetos digitais.

A articulação entre os 4 Ps da Aprendizagem Criativa e a BNCC da Computação torna-se evidente no projeto desenvolvido:

- **Projects (Projetos):** os estudantes criaram jogos digitais autorais no Scratch, mobilizando planejamento, organização de ideias e aplicação de conceitos computacionais.

- **Passion (Paixão):** o tema ambiental, relacionado à vida marinha e à preservação da água, despertou envolvimento emocional e sentido pessoal para a aprendizagem.

- **Peers (Pares):** a colaboração foi incentivada por meio da organização em “startups mirins”, promovendo troca de estratégias, resolução conjunta de problemas e apoio na depuração de erros.

- **Play (Brincar):** a construção de jogos digitais integrou ludicidade e aprendizagem, permitindo que o erro fosse compreendido como parte do processo criativo.

Assim, ao utilizar o Scratch como ferramenta pedagógica, o projeto atendeu às expectativas de aprendizagem previstas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, promovendo o desenvolvimento do pensamento computacional de forma contextualizada, interdisciplinar e alinhada às diretrizes curriculares nacionais.

Essa integração evidencia que a Computação, quando trabalhada de maneira significativa e conectada a problemas reais, contribui para a formação de sujeitos críticos, criativos e capazes de atuar de forma ética e responsável na cultura digital contemporânea.

GAMIFICAÇÃO E SCRATCH COMO LINGUAGEM EDUCATIVA

A gamificação consiste na utilização de elementos de jogos em contextos educativos, com o objetivo de aumentar o engajamento, a motivação e a participação dos estudantes. No contexto educacional, a gamificação não se limita à competição, mas favorece a resolução de problemas, a narrativa e a construção de significados.

O Scratch, desenvolvido pelo MIT Media Lab, destaca-se como uma ferramenta pedagógica que permite às crianças criar jogos, animações e histórias interativas, promovendo autoria digital e criatividade. Ao utilizar blocos visuais de programação, a plataforma reduz barreiras técnicas e possibilita que os estudantes foquem na construção de ideias e soluções.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Hub Educacional Happy Tatuapé, com a participação de oito alunos, com idades entre 7 e 9 anos, matriculados no 2º e 3º anos do Ensino Fundamental I. A proposta foi realizada ao longo de um bimestre letivo, com encontros semanais de 1h30, mediatizados pela pedagoga Gabriela Fernandes.

ETAPAS DO PROJETO

LEITURA E SENSIBILIZAÇÃO

A proposta teve início com a leitura mediada das obras *O anel da tartaruga* (Obeid, 2018) e *Animais do Oceano* (Imagine That Group, 2024). As leituras promoveram discussões sobre poluição, preservação da vida marinha e responsabilidade humana em relação ao meio ambiente.

PESQUISA E PLANEJAMENTO

Após as leituras, os alunos realizaram pesquisas em computadores e tablets sobre ecossistemas aquáticos, espécies marinhas e impactos da poluição. As informações coletadas foram registradas por meio de desenhos, painéis e esquemas, favorecendo o planejamento dos jogos.

ORGANIZAÇÃO EM STARTUPS MIRINS

A turma foi organizada simbolicamente como uma startup de inovação. Embora cada criança desenvolvesse seu próprio projeto, o trabalho coletivo foi incentivado por meio da troca de ideias, colaboração e apoio mútuo.

DESENVOLVIMENTO DOS JOGOS

Utilizando a plataforma Scratch, os alunos criaram jogos, animações e histórias interativas com temáticas relacionadas à preservação ambiental, descarte correto de

resíduos e reciclagem. Durante essa etapa, a resolução de problemas técnicos (bugs) foi realizada de forma colaborativa.

APRESENTAÇÃO E COMPARTILHAMENTO

Os projetos foram apresentados à turma e à comunidade escolar, promovendo comunicação oral, valorização do trabalho autoral e ampliação do impacto educativo. Nessa etapa, os estudantes realizaram a apresentação de um pitch da startup criada pelo grupo, simulando um contexto empreendedor no qual precisaram explicar, de forma clara e objetiva, o problema ambiental identificado, a solução proposta e os diferenciais do projeto desenvolvido. O pitch estimulou a síntese de ideias, a argumentação e o desenvolvimento da autoconfiança, além de aproximar os estudantes de práticas contemporâneas de inovação e protagonismo juvenil.

Além do pitch, cada grupo apresentou o projeto de forma completa, detalhando todas as etapas do processo de criação. Os estudantes explicaram como construíram os roteiros, como organizaram as ideias, quais desafios enfrentaram durante a programação e de que maneira solucionaram erros no código. Também demonstraram, na prática, o funcionamento do jogo ou animação desenvolvida no Scratch, evidenciando os blocos de programação utilizados, a lógica aplicada e as estratégias de interação criadas para sensibilizar o público sobre a preservação da água.

Durante as apresentações, foi possível observar o uso de conceitos de pensamento computacional, como decomposição do problema, identificação de padrões, construção de sequências lógicas e testes de depuração. A socialização dos projetos favoreceu ainda o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como trabalho em equipe, escuta ativa, respeito às contribuições dos colegas e responsabilidade compartilhada.

Esse momento de culminância consolidou o protagonismo estudantil, ampliou o sentido social da aprendizagem e reforçou a integração entre educação ambiental, cultura digital e inovação pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do projeto evidenciaram elevado engajamento e protagonismo estudantil. As crianças demonstraram entusiasmo durante todas as etapas, assumindo responsabilidades e tomando decisões sobre seus projetos.

Observou-se o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao pensamento computacional, como lógica de programação, depuração de erros e construção de narrativas interativas. Além disso, a colaboração entre pares mostrou-se um elemento central, especialmente na resolução de problemas e no compartilhamento de estratégias.

No âmbito socioambiental, os estudantes passaram a demonstrar maior consciência sobre a preservação do meio ambiente, refletida em atitudes cotidianas, como o descarte correto do lixo, a reutilização de materiais e o diálogo com familiares sobre práticas sustentáveis.

Esses resultados corroboram os pressupostos da Aprendizagem Criativa, evidenciando que projetos baseados em problemas reais favorecem aprendizagens profundas e significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Startups Mirins pela Vida na Água demonstrou que crianças de 7 a 9 anos são capazes de compreender problemáticas ambientais complexas e propor soluções criativas por meio da tecnologia. A gamificação ambiental com Scratch revelou-se uma estratégia eficaz para promover aprendizagem significativa, pensamento computacional e cidadania socioambiental.

A experiência reforça o papel da escola como espaço de inovação, autoria e formação integral, evidenciando que metodologias ativas contribuem para aproximar conteúdos curriculares de desafios reais, formando sujeitos críticos, criativos e conscientes desde a infância.

REFERÊNCIAS

OBEID, César. O anel da tartaruga. São Paulo: FTD, 2018.
IMAGINE THAT GROUP. Animais do Oceano. São Paulo: Ciranda Cultural, 2024.
RESNICK, Mitchel. Lifelong Kindergarten: Cultivating Creativity through Projects, Passion, Peers, and Play. Cambridge: MIT Press, 2017.
ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 nov. 2025.

CAPÍTULO VIII

ANÁLISE CONTEXTUALIZADA SOBRE O USO DE CONECTORES EM TEXTOS DO GÊNERO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO

Rosane Machado de Oliveira¹⁸.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.01-08

RESUMO: O presente trabalho objetiva-se compreender o que são conectores e a relevância de seu uso em textos do gênero dissertativo argumentativo. A pesquisa baseou-se em estudo bibliográfico, tendo como base o livro da autora Irlandé Antunes, capítulo onze, (Análises contextualizadas: uso dos conectores), obra publicada em 2014. Analisou-se ainda, duas redações, as quais encontram-se anexadas no decorrer do artigo. Na primeira redação, constatou-se a falta do uso de conectores em textos dissertativos argumentativos, com ideias e parágrafos desarticulados. Na segunda redação, verificou-se que o uso de conectores foi utilizado de forma correta, associando ideias e estabelecendo ligações entre os parágrafos, a qual foi utilizada para a elaboração de exercícios. Durante a pesquisa, identificou-se que os conectores são palavras que possuem um valor significativo na produção de textos, auxiliando na estruturação da redação e enriquecendo-a.

PALAVRAS-CHAVE: Conectores. Gênero Textual. Redação.

CONTEXTUALIZED ANALYSIS ON THE USE OF CONNECTORS IN ARGUMENTATIVE-EXPOSITORY TEXTS

ABSTRACT: This study aims to understand what connectors are and the relevance of their use in argumentative-expository texts. The research is based on a bibliographic study, centered on chapter eleven ("Contextualized Analysis: The Use of Connectors") of Irlandé Antunes' book, published in 2014. Additionally, two essays were analyzed and are attached throughout the article. In the first essay, a lack of connectors was observed, resulting in disjointed ideas and paragraphs. In the second essay, it was found that connectors were used correctly, associating ideas and establishing links between paragraphs; this essay was then used to develop practical exercises. Throughout the research, it was identified that connectors are words that hold significant value in text production, assisting in the structuring of the essay and enriching it.

KEYWORDS: Connectors. Textual Genre. Essay Writing.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada realizou-se por meio de uma breve análise contextualizada sobre o uso de conectores em textos do gênero dissertativo argumentativo. Para a análise,

¹⁸ Centro Universitário Internacional Uninter. <https://lattes.cnpq.br/5978747851727744>. <https://orcid.org/0000-0002-3317-3771>. E-mail: mulheresbelavista@gmail.com

baseou-se em pesquisa por meio dos autores Antunes (2014), Domínguez García (2007), Faraco (2003), Faraco (2001), Halliday (1976), Hansan (1976), Koch (2009), Koch (2013), Martín Zorraquino (1999), Portolés (1999) e Tezza (2001). Neste artigo, serão apresentados e discutidos os seguintes subtítulos: No subtítulo dois da pesquisa, compreender o que são conectores, o conceito e função. No subtítulo três, refletir o porquê da relevância do uso dos conectores serem utilizados em textos dissertativos argumentativos. No subtítulo quatro, analisar a relevância dos conectores em redações. No subtítulo cinco, realizar uma análise de texto dissertativo argumentativo levando em consideração a falta do uso de conectores. No subtítulo seis, apresentar uma proposta de exercício por meio de redação que traz uma forma mais adequada o uso de conectores. Em último momento, a conclusão, finalização da pesquisa que objetiva apresentar os resultados obtidos em relação ao estudo realizado.

O QUE SÃO CONECTORES?

Conectores são palavras, expressões feitas que fazem a diferença na produção de um texto, de um artigo ou de um livro, são alguns exemplos, contanto que, conquanto que, no entanto, entretanto, mas, por outro lado, embora, em suma, ademais, aliás, além disso, acrescenta-se a isso, inclusive, portanto, dentre outros. Os conectores são fundamentais em textos escritos, os quais tem por objetivo articular as ideias do autor e são fundamentais para orientar o leitor em relação ao que foi escrito e publicado. Como afirmam Martín Zorraquino e Portolés:

Um conector é um marcador discursivo que vincula semântica e pragmaticamente um membro do discurso com o membro anterior. O significado do conector proporciona uma série de instruções que guiam as inferências que deverão ser obtidas do conjunto dos membros relacionados (Martín Zorraquino; Portolés, 1999, p. 4093).

O conceito de conector é algo que une ou liga, já sobressaindo com isso importante função desse grupo de palavras no estabelecimento de coesão e coerência do texto. “A coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso a outro” (Halliday; Hasan, 1976, p. 4 apud Koch, 2009, p. 16). Para eles segundo Koch (op. cit., p. 16), “A coesão, por estabelecer relações de sentido, diz

respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos” (grifos da autora).

Trata-se, portanto, de um item que desempenha a grande função de marcar a conexão lógico-discursiva entre partes do texto, sejam essas partes orações, períodos, parágrafos ou blocos. Koch (2013) utiliza o termo “conectores” para se referir ao uso das conjunções. Ela propõe também os termos junção (para conjunção), conjuntiva (para aditiva), disjuntiva (para alternativa). Ademais, ela reúne em único grupo, denominado “contrajuntivas”, as tradicionais (adversativas/concessivas/condicionais), destacando que, nas gramáticas, as conjuntivas e disjuntivas, por exemplo, são tidas como pertencentes às coordenadas, ao passo que as contrajuntivas, às subordinadas.

Vale ressaltar que, os conectores expressam um sentido, não são assim meras partículas de ligação, conectam sim, ao mesmo tempo em que criam e sinalizam determinadas relações de sentido.

POR QUE OS CONECTORES SÃO UTILIZADOS EM TEXTOS DISSERTATIVOS ARGUMENTATIVOS?

Os conectivos são responsáveis pela chamada coesão textual. Os conectores são utilizados em textos dissertativos argumentativos com o intuito de enriquecer a escrita textual desenvolvida pelo autor, havendo uma ligação em todo o texto produzido, com parágrafos interligados, ideias claras e objetivas, o que pode despertar o interesse do leitor, atrair novos leitores, e preservar os que já possuem conhecimento da obra.

Os conectores têm um valor semântico e funcionam como elementos da construção coesa e coerente dos textos. Em textos escritos o uso dos conectores assume uma importância ainda maior, uma vez que, nesse contexto, estão ausentes muito elementos que, em situações de oralidade, são de sumamente esclarecedores. A inegável função dos conectores em textos de opinião, marcadamente argumentativos, como sabemos “sem os porquês, os pois, os mas, seria impossível argumentar”, advertem Faraco e Tezza (2003, p. 131).

Desse modo, vale ressaltar que, um texto não avança por acaso, cada parágrafo vai retomando ao que foi dito, explícita ou implicitamente, em partes anteriores. Os conectores fazem a diferença entre uma aleatória de frases e um texto. Nesse sentido, o uso dos conectores, na verdade, de expressões “articuladas”, é de extrema relevância.

QUAL A RELEVÂNCIA DOS CONECTORES EM REDAÇÕES?

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que, os conectores são relevantes nas redações para estabelecer ideias entre os parágrafos, relações de sentido para que a redação não fique desconexa. Prova disso, é o uso dos conectivos no meio dos parágrafos, com o objetivo de conectar orações e períodos, assim como, entre parágrafos, logo no início, conectando ao anterior. Nesse sentido, os conectores auxiliam no enlace dos parágrafos, facilitam a ligação das ideias que o autor deseja transmitir ao seu leitor, de forma clara e objetiva. Além do mais, é fundamental o uso de conectores para que a redação não fique fragmentada, desarticulada, sem sentido.

Portanto, é preciso compreender a função dos conectores ao desenvolver uma escrita textual, para que a redação apresente os conectores de forma coerente, pois uma redação quando elaborada sem o uso adequado de conectores, têm a probabilidade de ficar desorganizada, afetando a temática desenvolvida, a estruturação da redação, no que diz respeito a introdução, desenvolvimento e conclusão.

ANÁLISE DE TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A FALTA DO USO DE CONECTORES

É de suma relevância a análise de textos dissertativos argumentativos para a compreensão do uso e falta de conectores em um texto escrito, pois os conectores têm uma influência significativa em relação ao processo de escrita, principalmente, no que diz respeito a redações. Em relação ao texto argumentativo, Domínguez García (2007, p. 24-25), resalta que, o texto argumentativo, pelo seu caráter persuasivo, exige o uso de certos mecanismos linguísticos a fim de garantir sua correta compreensão, de acordo com as intenções do falante. Dentre eles, a autora cita os conectores, que desempenham um papel

chave na explicitação das relações aditivas, contra-argumentativas e consecutivas presentes em qualquer texto.

Além disso, para uma análise contextualizada em relação à utilização de conectores em redações, foi anexada uma redação para exemplo, a qual trata-se da temática (violência contra a mulher), levando em consideração a falta do uso de conectores no desenvolvimento do texto.

Redação 1. Violência contra a mulher.

FOLHA DE REDAÇÃO 4988322781

1	A prevalência da violência contra a mulher na sociedade
2	de brasileiros
3	Até quando os homens vão se achar no direito
4	de maltratar as mulheres? A violência contra
5	a mulher é considerada crime e pode até
6	dar cadeia. Se nos últimos 30 anos mais de 92
7	mil mulheres foram assassinadas.
8	O tipo de violência que mais foi relatado foi
9	a violência física, que acontece quando os homens
10	agredem as mulheres com 51,68% dos casos. O ver-
11	tice é uma violência sexual, ou seja, quando
12	o homem força a mulher a ter relações
13	sexuais com ele, e na minha opinião é
14	a violência que mais gera traumas e proble-
15	mas psicológicas na mulher.
16	Para isso foi criado a Lei Maria da Penha,
17	uma lei que ampara e protege as mulheres
18	e também a Secretaria de Políticas para as
19	mulheres.
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	

Fonte: <<https://enem.inep.gov.br/participante/#!/participante/perfil>>. Acesso em 05 de abril de 2021.

Na redação um, é possível analisar que os parágrafos carecem do uso de conectores no desenvolvimento da escrita. Além disso, não há uma ligação articulada entre as ideias do autor nos parágrafos desenvolvidos na folha de redação, fazendo com que, a redação ficasse desconexa em relação à temática apresentada, sem estruturação na introdução, no desenvolvimento e conclusão do texto.

PROPOSTA DE EXERCÍCIO

Buscando contextualizar o uso de conectores, foi elaborada uma proposta de atividade levando em consideração a dificuldade que alguns alunos apresentam ao utilizá-los em textos do gênero dissertativo argumentativo, conforme salientado ao longo do artigo, mais especificamente na análise da redação “Violência contra a mulher”.

Para que a atividade seja bem-sucedida, consideraremos uma turma em que o conteúdo já foi previamente apresentado aos alunos, bem como o conceito de conectores e sua respectiva função dentro dos textos. A partir de então, os alunos, por meio do texto I, irão reconhecer os elementos conectivos e discutir com o auxílio do professor, qual o sentido ou ideia que cada conector expressa.

TEXTO I

Embora Soneto¹⁹

Vivo meu porém
No encontro do todavia
Sou mas.
Contudo
Encho-me de ainda
Na espera do quando
Desando ou desbundo.
Viver é apesar
Amar é a despeito
Ser é não obstante,
Destarte
Sou outrossim
Ilusão, sem embargo
Malgrado senão.

Artur da Távola

19 Fonte: disponível em: <<http://atocadaspalavras.blogspot.com/2016/09/embora-soneto-texto-de-artur-da-tavola.html>>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

Tendo identificado os conectores: porém, todavia, mas, contudo, ainda, quando, apesar, a despeito, não obstante, destarte, outrossim, senão. O professor e os alunos farão uma discussão sobre a ideia geral que tais palavras expressam, como exemplo, o conector, “todavia” que transmite o sentido de oposição.

A partir da identificação dos conectores e compreensão de seus sentidos, a próxima etapa da atividade consiste em, com o auxílio dos alunos, formular frases, com tais conectores apresentados anteriormente, com o objetivo de contextualizá-los aos alunos. Ainda utilizando o conector, “todavia”, podemos citar como exemplo: Ela não se preparou para o exame, todavia foi classificada.

Após essa etapa, a sequência e conclusão da atividade consiste em apresentar uma redação, como exemplo do uso mais adequado de conectores, para que, os alunos que apresentavam dificuldades, possam utilizar o texto como uma referência para suas produções textuais. Assim, por meio da redação e com o auxílio do professor, irão analisar como é feito o uso dos elementos conectivos.

TEXTO II

Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet²⁰

O advento da internet possibilitou um avanço das formas de comunicação e permitiu um maior acesso à informação. No entanto, a venda de dados particulares de usuários se mostra um grande problema. Apesar dos esforços para coibir essa prática, o combate à manipulação de usuários por meio de controle de dados representa um enorme desafio. Pode-se dizer então, que a negligência por parte do governo e a forte mentalidade individualista dos empresários são os principais responsáveis pelo quadro.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater a venda de dados pessoais e a manipulação do comportamento nas redes. Segundo o pensador Thomas Hobbes, o Estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à falta de atuação das autoridades, grandes empresas sentem-se livres para invadir a privacidade dos usuários e

20 Fonte: disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/40141-redacao-nota-mil>>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

vender informações pessoais para empresários que desejam direcionar suas propagandas. Dessa forma, a opinião dos consumidores é influenciada, e o direito à liberdade de escolha é ameaçado.

Outrossim, a busca pelo ganho pessoal acima de tudo também pode ser apontado como responsável pelo problema. De acordo com o pensamento marxista, priorizar o bem pessoal em detrimento do coletivo gera inúmeras dificuldades para a sociedade. Ao vender dados particulares e manipular o comportamento de usuários, empresas invadem a privacidade dos indivíduos e ferem importantes direitos da população em nome de interesse individuais.

Desse modo, a união da sociedade é essencial para garantir o bem-estar coletivo e combater o controle de dados e a manipulação do comportamento no meio digital. Infere-se, portanto, que assegurar a privacidade e a liberdade de escolha na internet é um grande desafio no Brasil.

Sendo assim, o Governo Federal, como instância máxima de administração executiva, deve atuar em favor da população, através da criação de leis que proíbam a venda de dados dos usuários, a fim de que empresas que utilizam essa prática sejam punidas e a privacidade dos usuários seja assegurada.

Além do mais, a sociedade como conjunto de indivíduos que compartilham valores culturais e sociais, deve atuar em conjunto e combater a manipulação e o controle de informações, por meio de boicotes e campanhas de mobilização, para que os empresários se sintam pressionados pela população e sejam obrigados a abandonar a prática. Afinal, conforme afirmou Rousseau: “a vontade geral deve emanar de todos para ser aplicada a todos”.

CONCLUSÃO

Tendo identificado alguns dos conectores no decorrer da pesquisa, foi possível analisar o quanto os conectores podem enriquecer e transformar a escrita por meio das palavras. Dessa forma, realizou-se uma análise contextualizada em relação ao uso dos conectores em textos dissertativos argumentativos, ressaltando a relevância dos conectores no desenvolvimento de uma redação, o de uma escrita qualitativa.

Além disso, o uso de conectores é essencial em todo texto elaborado, pois trata-se de elementos conectivos que conseguem fazer ligações de ideias entre os parágrafos no corpo do texto de forma estruturada.

Com base em leitura e conhecimento da obra da autora Irandé Antunes, capítulo onze, (Análises contextualizadas: uso dos conectores), constatou-se que, os textos necessitam do uso de conectores, não apenas para a qualidade de uma escrita textual, mas também, para atrair o leitor, estabelecendo padrões no que diz uma gramática contextualizada. Ademais, a gramática é imprescindível no dia a dia dos indivíduos em sociedade, sendo os conectores, parte de uma gramática clara e objetiva.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada: limpando ‘o pó das ideias simples’. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 160 p.
- DOMÍNGUEZ GARCÍA, N. Conectores discursivos em textos argumentativos curtos. Madrid: Arco / Libros, 2007.
- FARACO, C. A. Oficina de texto. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- FARACO, C. A.; TEZZA, C. Prática de texto. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. Coesão em inglês. Londres: Longman, 1976.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2009.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2013.
- MARTÍN ZORRAQUINO, M. A.; PORTOLÉS, J. Os marcadores da fala. In: BOSQUE, I. DEMONTE, V. Gramática descritiva da língua espanhola 3. ed. Madrid: Espasa Calpe, 1999. pp. 4051-4213.

INTERFACES DO CONHECIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS E APLICAÇÕES PRÁTICAS REÚNE ESTUDOS QUE DIALOGAM COM DIFERENTES ÁREAS DO SABER, PROMOVENDO UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR COMPROMETIDA COM A COMPREENSÃO DOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.

OS CAPÍTULOS ARTICULAM FUNDAMENTOS TEÓRICOS CONSISTENTES A EXPERIÊNCIAS CONCRETAS, EVIDENCIANDO A PESQUISA COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO CRÍTICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

DESTINADO A PROFESSORES, PESQUISADORES, ESTUDANTES E PROFISSIONAIS, ESTE LIVRO CONVIDA O LEITOR A AMPLIAR HORIZONTES, REPENSAR PRÁTICAS E CONSTRUIR NOVOS CAMINHOS PARA A PRODUÇÃO E A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO.

UMA OBRA QUE INSPIRA, ORIENTA E FORTALECE O COMPROMISSO COM UMA CIÊNCIA ÉTICA, INCLUSIVA E SOCIALMENTE RELEVANTE.

